

Notícias: dezembro a outubro de 2013

FNDF: licitações contratarão prestadores de serviço para atender a empreendimentos comunitários

Interessados devem se cadastrar no site Comprasnet para participar dos pregões eletrônicos, que ocorrerão nos dias 26 e 27/12

Contratar prestadores de serviço para apoiar empreendimentos comunitários no Cerrado e na Amazônia é o objetivo de duas licitações que o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) realiza na quinta e na sexta-feira, dias 26 e 27/12.

Ambas serão realizadas na modalidade pregão eletrônico, em que as propostas dos candidatos são apresentadas de forma online, e todo o processo competitivo ocorre eletronicamente por meio do site de compras governamentais do governo federal, o [Comprasnet](#).

A licitação do dia 26 vai selecionar uma empresa - com ou sem fins lucrativos - para atender a quatro associações e cooperativas de Minas Gerais e a uma associação de Goiás localizadas no bioma Cerrado. Essas entidades deverão receber até 600 horas de assistência técnica em temas como gestão de empreendimentos, manejo de produtos florestais não madeireiros, beneficiamento e acesso a mercados.

O pregão que ocorre no dia 27 visa a contratação de uma empresa para atender a três associações e cooperativas do Pará e a uma associação no Amazonas, todas ligadas ao extrativismo em unidades de conservação.

Para essas organizações comunitárias da Amazônia, o objetivo é prestar assessoria para a comercialização de produtos florestais nas áreas de prospecção de mercados atuais e potenciais, elaboração de planos de negócios participativos, além de assessoria para acesso às políticas de compras públicas e negociação e formalização de contratos de comercialização.

Todas as associações e cooperativas a serem atendidas são beneficiárias do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF/SFB) e tiveram projetos selecionados para receber apoio do SFB, que o fornece por meio dos prestadores de serviço contratados em licitações públicas.

Como participar

É necessário que os candidatos estejam inscritos no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf), registro de fornecedores do poder executivo federal, e o façam com antecedência a fim de garantir sua participação no processo licitatório.

Como consultar os termos de referência

1. Na página inicial do Comprasnet vá em Acesso Livre, depois em Consultas e, em seguida, Aviso de Licitações;
2. O número da licitação referente à contratação para o Cerrado é 032013; para a Amazônia, 042013. Já o número da UASG é 440094, que se refere ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF);
3. Nas próximas telas, clique em "ok" ou, quando for o caso, em "selecionar";
4. Abrirá uma tela com a opção "Itens e download", para acesso ao documento.

Em caso de dúvidas, os candidatos podem entrar em contato com a equipe do FNDF pelo e-mail fndf@florestal.gov.br ou pelo telefone (61) 2028-7240.

Publicado: segunda-feira, 23 de dezembro de 2013, 13h08.

Fundo florestal selecionará prestadores de serviço para a Amazônia e a Caatinga

Licitação pública ocorrerá por meio de pregão eletrônico. Objetivo é contratar empresas com ou sem fins lucrativos para realizar capacitação em manejo florestal para técnicos extensionistas

O Serviço Florestal Brasileiro realizará na próxima terça-feira, 24/12, duas licitações públicas voltadas à contratação de empresas com ou sem fins lucrativos para atender a beneficiários do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF) na Amazônia Legal e na Caatinga.

As licitações serão realizadas na modalidade pregão eletrônico, em que os candidatos apresentam as propostas antecipadamente pela internet (prazo final às 9h do dia 24). No dia da sessão pública, que ocorre de forma online, as propostas são abertas e os participantes podem cobrir os lances dos concorrentes. Ao final, declara-se o vencedor do processo.

Um dos pregões vai selecionar uma empresa para capacitar agentes de assistência técnica e extensão rural em manejo florestal no bioma amazônico. Esse prestador de serviços deverá realizar um curso de 160 horas para técnicos de duas instituições do Amapá e uma Maranhão. O contrato terá duração de 16 meses.

Já o outro pregão tem como objetivo contratar um prestador de serviço para também capacitar agentes de assistência técnica, porém, no tema manejo florestal voltado à Caatinga. O objetivo é atender a profissionais de duas instituições do Ceará e a uma do Rio Grande do Norte, que receberão um curso com a mesma carga horária.

Nos dois casos, o curso deverá abordar assuntos como organização social para o manejo, beneficiamento e comercialização de produtos, acesso a crédito para empreendimentos florestais, além do manejo florestal de acordo com as particularidades do bioma em questão.

Os interessados deverão estar inscritos no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf), que é o registro de fornecedores do poder executivo federal. É importante que os candidatos realizem essa etapa com antecedência para garantir sua participação no processo licitatório.

Os termos de referência que trazem os detalhes das contratações podem ser consultados pelo site [Comprasnet](#) (veja informações abaixo). Em caso de dúvidas, os candidatos podem entrar em contato com a equipe do FNDF pelo e-mail fndf@florestal.gov.br ou pelo telefone (61) 2028-7240.

Fique de olho

Nos dias 26 e 27/12 estão agendados pregões para duas outras contratações: prestação de assistência técnica para o fortalecimento de empreendimentos florestais de base comunitária no Cerrado e prestação de assessoria e capacitação para comercialização de produtos florestais em unidades de conservação federal de uso sustentável nos estados do Amazonas e Pará. Os termos de referência também estão disponíveis no Comprasnet.

Como consultar os termos de referência

1. Na página inicial do Comprasnet vá em *Acesso Livre*, depois em *Consultas* e, em seguida, *Aviso de Licitações*;
2. O número da licitação referente à contratação para a Caatinga é 012013; para a Amazônia, 022013. Já o número da UASG é 440094, que se refere ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF);
3. Nas próximas telas, clique em "ok" ou, quando for o caso, em "selecionar".
4. Abrirá uma tela com a opção "Itens e download", para acesso ao documento.

Publicado: sexta-feira, 20 de dezembro de 2013, 13h09.

Serviço Florestal realizará educação a distância na temática florestal

Órgão vai construir estratégia de atuação e se mobiliza a partir desta semana em conhecer elementos necessários à elaboração de cursos em EaD



Foto: Serviço Florestal Brasileiro.

O Serviço Florestal Brasileiro (SFB), com o apoio da cooperação alemã (GIZ/Gopa), promove até quinta-feira, 19/12, o primeiro módulo de um curso sobre o uso da Educação a Distância (EaD). O curso, que ocorre em Brasília (DF), foi estendido à participação de outros órgãos, reunindo mais de 40 integrantes do SFB, Agência Nacional de Águas (ANA), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Ministrado pelo professor da Universidade de Brasília (UnB) Carlos Alberto Gonçalves, a capacitação trabalhará os elementos necessários para atuar na modalidade a distância, que traz entre seus principais benefícios alcançar novos públicos e ampliar a capacidade de difusão de conhecimentos gerados nessas instituições.

Segundo o chefe do Centro Nacional de Apoio ao Manejo Florestal (Cenaflor/SFB), Maurício Marcon, o curso é parte das ações para estruturar o Serviço Florestal em suas futuras atividades em EaD. “Vamos construir uma estratégia de educação a distância com o objetivo de obter uma escala maior de pessoas beneficiadas com o treinamento em boas práticas florestais”, diz.

Atualmente, o SFB realiza apenas cursos presenciais, grande parte ligada ao Cenaflor, em assuntos relacionados ao manejo florestal em diferentes biomas. A ideia, porém, é trabalhar com novas iniciativas de ensino que ajudem a diversificar e complementar aquelas já realizadas.

Segundo a diretora de Fomento e Inclusão do SFB, Claudia Azevedo-Ramos, este será um passo estratégico importante para o órgão poder alcançar agentes extensionistas, multiplicadores e produtores rurais, em geral com poucas oportunidades de acesso à informação técnica. “A diminuição do hiato entre o

conhecimento sobre inovações científicas e tecnológicas e o que é aplicado no campo também estará entre nossas preocupações principais”, afirma a diretora.

Interesse

O curso reúne tanto entidades que já realizam EaD quanto aquelas que querem atuar com essa ferramenta. “Esse é um grupo rico de conhecimento que se encontra pela primeira vez junto para compartilhar e construir conhecimentos no tema”, afirma Marcon.

Para a ANA, que já trabalha com EaD nos projetos Água em Jogo e Água – Conhecimento para Gestão, voltados à gestão, conservação e uso sustentável dos recursos hídricos, a capacitação auxiliará a fortalecer os instrumentos de ensino a distância. “Esse curso é um esforço nesse sentido, capacitar para melhor readequar essa modalidade de ensino à missão institucional da ANA”, diz o especialista em recursos hídricos Jair Silva.

Já no ICMBio, o curso poderá auxiliar nas áreas de educação corporativa, gestão participativa e educação ambiental. Entre os potenciais benefícios estão reduzir custos em atividades de capacitação e aprofundar, via EaD, conteúdos abordados em aulas presenciais. Servidores das áreas citadas participam do curso.

O Ministério do Meio Ambiente conta com representantes do Fundo Nacional do Meio Ambiente e dos departamentos de Coordenação do Sistema Nacional do Meio Ambiente, de Educação Ambiental, de Extrativismo e de Ambiente Urbano. Os conhecimentos serão úteis para aperfeiçoar o uso dessa ferramenta pelas áreas que já fazem EaD, por exemplo.

O curso promovido pelo SFB em EaD será feito parte presencialmente e parte a distância por meio da ferramenta Moodle. As atividades irão até fevereiro, distribuídas em quatro módulos que abordarão modelos pedagógicos e aspectos práticos, modelos psicopedagógicos para EaD, recursos humanos e noções de delineamento instrucional, com a finalidade de conhecer o processo de construção de cursos EaD e os profissionais envolvidos em cada etapa.

Publicado: quarta-feira, 18 de dezembro de 2013, 13h11.

I Prêmio em Estudos de Mercado e Economia Florestal encerra inscrições dia 17 de janeiro

Iniciativa é voltada a profissionais e estudantes universitários e distribuirá R\$ 28 mil entre os primeiros lugares em cada categoria

Profissionais e estudantes de todo o país que desejam concorrer ao I Prêmio em Estudos de Mercado e Economia Florestal devem ficar atentos ao prazo final para

envio de trabalhos. As inscrições encerram-se dentro de poucas semanas, no dia 17 de janeiro de 2014.

Ao todo, serão distribuídos R\$ 28 mil entre os vencedores. Na categoria profissionais, os três primeiros lugares receberão, respectivamente, R\$ 10 mil, R\$ 7 mil e R\$ 4,5 mil. Já entre os graduandos, os valores serão de R\$ 3 mil, R\$ 2 mil e R\$ 1,5 mil.

Podem participar candidatos de qualquer área de formação, desde que apresentem uma monografia dentro da temática do Prêmio. Os trabalhos podem abordar assuntos como PIB Verde, concessões florestais, sistema tributário, tendências para o setor de florestas plantadas e quadro atual do setor de florestas nativas, entre outros descritos no [edital](#).

As monografias deverão apresentar, preferencialmente, enfoque atual com aplicabilidade ao Serviço Florestal Brasileiro (SFB), que promove essa iniciativa. Isso porque o Prêmio visa estimular estudos para compreender a produção sustentável no Brasil, seus desafios e perspectivas e, assim, criar um portfólio que contribua para o avanço da capacidade do SFB. “É uma importante iniciativa do Serviço Florestal Brasileiro, que pretende trazer para o debate temas relevantes para a expansão da economia florestal brasileira”, afirma o gerente-executivo de Planejamento Florestal do SFB, André Andrade.

Regras

O Prêmio é restrito a trabalhos inéditos, que não tenham sido publicados pela imprensa, revistas especializadas ou em livro. São considerados inéditos os textos inseridos em documentos de circulação restrita de universidades, congressos, encontros e centros de pesquisa, como notas e textos para discussão e similares.

O candidato deve enviar uma cópia impressa e em CD-ROM do trabalho e de seu resumo, além de ficha de inscrição preenchida, declaração de que a monografia não caracteriza plágio ou autoplágio, cópia do documento de identidade do autor e de cada integrante do grupo para trabalhos feitos coletivamente, além de outros documentos solicitados no regulamento.

As monografias serão avaliadas por uma comissão julgadora com seis membros de notório saber a serem designados pela Escola de Administração Fazendária (Esaf), organizadora do Prêmio. O resultado será publicado no Diário Oficial da União e os vencedores participarão de uma cerimônia em Brasília (DF).

Publicado: terça-feira, 17 de dezembro de 2013, 13h27.

Serviço Florestal capacita extensionistas que atuam na Caatinga

Até fevereiro de 2014, cerca de 150 profissionais terão mais conhecimentos para auxiliar pequenos produtores a fazer o uso sustentável dos recursos florestais do bioma



Foto: Lucas Moura.

Cerca de 150 extensionistas que atuam na Caatinga se tornarão multiplicadores do conhecimento sobre o uso sustentável desse bioma para comunidades rurais com o auxílio do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF), gerido pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB).

Os técnicos, ligados a cinco entidades dos estados da Bahia, Ceará e Pernambuco, vêm participando de um curso em módulos sobre o manejo florestal. Até o dia 13/12, todos terão visto os módulos sobre os recursos florestais, ecologia e uso múltiplo da Caatinga (como produção de mel, frutas nativas e fitoterápicos). No próximo ano, eles concluem a capacitação com o conteúdo sobre princípios técnicos e práticas do manejo.

As informações obtidas poderão ser aplicadas na assistência a pequenos produtores rurais, seja com aqueles que ainda não realizam manejo, mas desejam iniciá-lo, seja com agricultores familiares que já extraem produtos e precisam de apoio técnico.

Segundo o coordenador técnico da Associação Regional da Escola Família Agrícola do Sertão (Arefase), Nelson Lopes, os agricultores demandam assistência para manejar a Caatinga de maneira sustentável. “A gente é desafiado, como profissional, a mostrar como trabalhar de forma diferente, sustentável”, diz.

No norte da Bahia, onde a Arefase atua, uma característica marcante é o uso coletivo do fundo de pasto, áreas de até 3 mil hectares onde animais são criados soltos e a vegetação é preservada. Entre os principais interesses dos agricultores familiares está o manejo florestal dos produtos não madeireiros – como forragem para os animais, frutos e fibras – com o uso de técnicas aliadas ao conhecimento que possuem.

Com a capacitação realizada para extensionistas, o SFB busca fortalecer o manejo por meio de uma de suas principais pontas, que é o profissional atuante no campo. Ao mesmo tempo em que esse técnico leva uma alternativa de uso sustentável, contribui para geração de renda e conservação do bioma.

Calendário

As capacitações para os extensionistas começaram entre outubro e novembro e terminarão em fevereiro de 2014. A parte final da capacitação vai abordar temas como histórico da adoção do manejo, integração das práticas do manejo ao sistema produtivo tradicional, aumento da renda, mercados, além das técnicas em si do manejo madeireiro, como talhonamento e ciclo e intensidade de corte.

As instituições que recebem as capacitações são, além da Efase (escola mantida pela Arefase), o Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não Governamentais Alternativas, de Pernambuco; o Centro de Habilitação e Apoio ao Pequeno Agricultor do Araripe, de Pernambuco; o Centro de Capacitação e Assessoria Técnica, do Ceará; e o Instituto de Integração e Desenvolvimento Ambiental e Social, do mesmo estado.

Publicado: quinta-feira, 12 de dezembro de 2013, 13h33.

Brasil será 1º país da América Latina a sediar congresso internacional de pesquisa florestal

O 25º Congresso Mundial da União Internacional de Organizações de Pesquisa Florestal (IUFRO, do inglês “Union of Forest Research Organizations”) deverá ocorrer em Curitiba (PR), em outubro de 2019. A decisão resulta da recomendação do Comitê da IUFRO ao Conselho Internacional da organização, que deverá oficializar a escolha da cidade como sede na próxima reunião, durante o XXIV Congresso Mundial da IUFRO que acontece em outubro de 2014, em Salt Lake City, Estados Unidos



Foto: Rodrigo Martins dos Santos.

Curitiba (PR) deverá ser a primeira cidade na América Latina a sediar um congresso mundial da maior rede de pesquisa florestal no mundo, a União Internacional de Organizações de Pesquisa Florestal (IUFRO), formada por mais de 15 mil pesquisadores de 700 instituições em 110 países.

“O Congresso que o Brasil pretende sediar será uma grande oportunidade para que setor florestal brasileiro conheça inovações tecnológicas e de pesquisa, bem como as tendências para o futuro da pesquisa florestal em outras partes do mundo”, afirma o diretor de Pesquisa e Informações Florestais do Serviço Florestal Brasileiro, Joberto Freitas. “Além disso, espera-se ampla participação de estudantes e professores universitários no evento, gerando conhecimento e inovações para o setor no Brasil”, acrescenta.

A representante da IUFRO no Brasil, Dra. Yeda Maria Malheiros de Oliveira, pesquisadora da Embrapa Florestas, ressalta que “são grandes as oportunidades de cooperação sul-sul, por meio ampliação das ações em rede entre instituições de pesquisa e outros segmentos do setor florestal”. “Organizar um evento deste porte é um grande desafio, tanto para as instituições já envolvidas como para as parcerias a serem estabelecidas com institutos de pesquisa, universidades, empresas e ONGs, mas o amadurecimento da pesquisa florestal brasileira torna o momento bastante adequado”, completa.

Seleção

A capital paranaense foi escolhida entre outras 8 cidades que se candidataram para receber o encontro. Essa decisão ocorreu em junho na Costa Rica, durante o 3º Congresso Latino-Americano da IUFRO (IUFROLAT), e será oficializada durante o próximo congresso mundial da IUFRO, marcado para outubro em Salt Lake City, nos EUA.

“A escolha do Brasil como sede também representa uma oportunidade estratégica para promover a IUFRO no Brasil e na América Latina, onde o número de membros é relativamente menor do que em outras regiões do mundo. Além disso, um número muito maior de cientistas de instituições de pesquisa em florestas e universidades da América Latina poderá participar do Congresso”, explicou o presidente da IUFRO, Niels Elers Koch.

Este importante evento será organizado conjuntamente pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), em Curitiba (PR). “Estamos orgulhosos de ser o primeiro país latino-americano a sediar um Congresso Mundial da IUFRO. Isso nos propiciará não apenas uma oportunidade para incrementar a participação de instituições brasileiras em agendas internacionais de pesquisa, mas também impulsionar a agenda de

pesquisa florestal e aumentar a importância política e social da ciência florestal no Brasil”, afirma Freitas.

A IUFRO tem mais de 120 anos de existência e a sua missão é promover o compartilhamento global de estudos relacionados às florestas; disseminar o conhecimento e a gestão sustentável dos recursos florestais mundiais para benefícios econômicos, ambientais e sociais, bem como contribuir para a promoção da aplicação da ciência na formulação de políticas florestais.

No Brasil, são membros da IUFRO a Embrapa (representação nacional), o SFB, o INPA-Manaus, a Universidade Federal do Paraná (UFPR), o Instituto de Pesquisas Florestais de São Paulo e as empresas Fibria e Arcelor Mital.

A União Internacional de Organizações de Pesquisa Florestal ([IUFRO](#)) é a única organização mundial dedicada à pesquisa florestal e ciências relacionadas. É composta por instituições de pesquisa, universidades e cientistas, além de tomadores de decisões e outros atores interessados em florestas e árvores.

Publicado: segunda-feira, 09 de dezembro de 2013, 00h00.

Encontro debate sustentabilidade no setor de cerâmica vermelha

Lenha e resíduos de madeira respondem por 90% do combustível usado para fabricar telhas, blocos e tijolos, entre outras peças



Foto: Serviço Florestal Brasileiro.

Um encontro promovido pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB) nessa quinta-feira, 05/12, em Campina Grande (PB), debateu a sustentabilidade no setor de cerâmica vermelha do estado com a presença de empresas, órgãos de meio ambiente, fundos ambientais, ministérios públicos da Paraíba (MP/PB) e de Pernambuco (MP/PE), Caixa Econômica Federal e Banco do Nordeste (BNB).

O foco nesse segmento se deve ao alto uso de produtos florestais para a geração de energia na fabricação de peças como tijolos e telhas: 90% do combustível usado

vem da biomassa (50% lenha e 40% resíduos de madeira). O setor vem crescendo nos últimos anos e já coloca o país como um dos maiores produtores/consumidores mundiais, com uma produção estimada de 88 bilhões de peças cerâmicas em 2011 segundo o Ministério de Minas e Energia.

De acordo com o gerente-executivo de Capacitação e Fomento Florestal do SFB, João Paulo Sotero, é fundamental que a demanda por esses produtos florestais seja atendida de forma sustentável, como a lenha obtida por meio do manejo florestal. “O manejo permite produzir lenha com a conservação da Caatinga, bioma que já é muito pressionado pelo fato de 30% da matriz energética ser baseada na biomassa florestal”, diz.

Outro ponto está na eficiência energética nas indústrias, com o emprego de técnicas para o manejo de pátios e fornos de queima que reduza o desperdício e traga maior aproveitamento.

O potencial do manejo na região foi tema de palestra, assim como as ações do SFB nesse campo. Uma das mesas-redondas discutiu o papel das instituições de controle ambiental para a sustentabilidade do setor de cerâmica vermelha com a presença do MP/PB e da Superintendência de Administração do Meio Ambiente (Sudema/PB). Outra mesa-redonda falou de instrumentos de crédito e fomento para esse segmento, com a presença do BNB, Caixa, FNDF e Fundo Clima.

Atividades

Ações nessas áreas já vêm sendo realizadas pelo SFB, por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF/SFB), em parceria com o Fundo Clima do Ministério do Meio Ambiente, com o lançamento de chamadas públicas para empresas a fim de apoiá-las a alcançar eficiência energética nos seus processos produtivos.

A Cerâmica São Jorge, na Paraíba, está entre as que recebem assistência do FNDF e Fundo Clima. Além de ter passado por um diagnóstico técnico, o proprietário, gerentes e funcionários receberam capacitações específicas, e participarão de visitas a outras empresas, além de ter assistência pelos próximos meses e assessoria para buscar financiamento para melhoria dos processos industriais.

Presente ao encontro desta quinta, o empresário da Cerâmica São Jorge, José Moura Filho, destacou o diálogo promovido com órgãos ambientais, promotoria de justiça, além da visão sobre a ligação entre sustentabilidade, eficiência energética, manejo, renda e indústrias. “Para a gente está sendo um “acordar” para que entendamos a nossa atividade como sendo de extrema importância para o desenvolvimento do estado como da região”, diz.

Na empresa que dirige, Filho já tem resultados decorrentes do apoio dos fundos ambientais. A eficiência energética melhorou e, junto, a economia de lenha e aumento da qualidade do produto. “Isso eleva nosso preço, pois temos um valor agregado maior pela qualidade do produto”, afirma. Até outros aspectos, como segurança do trabalho, também avançaram. “Alguns funcionários tinham resistência ao uso de equipamentos de proteção individual e agora eles mesmos já se veem na necessidade de usar.”

Na sexta-feira, 13/12, o SFB realiza um encontro semelhante no Rio Grande do Norte, estado onde empresas ceramistas também recebem apoio do FNDF e Fundo Clima.

Publicado: sexta-feira, 06 de dezembro de 2013, 13h31.

SFB promove simpósio sobre inventários florestais

Durante três dias foram apresentados trabalhos científicos sobre o tema e iniciativas de inventários florestais em curso no Brasil e no mundo. O evento foi realizado em parceria com a Embrapa Florestas



Foto: Serviço Florestal Brasileiro.

A troca de experiência entre as diferentes iniciativas de inventários florestais que estão sendo realizadas no Brasil e no mundo e as contribuições destas para o Inventário Florestal Nacional (IFN-Brasil) foram tema do II Simpósio Nacional de Inventário Florestal que reuniu entre os dias 18 e 20 de novembro mais de 200 especialistas, na cidade de Curitiba, Paraná.

O evento contou com a participação de representantes dos serviços florestais dos Estados Unidos e do Chile, de órgãos estaduais, universidades e instituições de pesquisa como Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A realização do Simpósio faz parte da estratégia do Inventário Florestal Nacional, iniciativa que tem como meta realizar a

cada cinco anos um mapeamento dos recursos florestais do país, através de coletas de campo em 20 mil pontos espalhados por todo o território nacional.

Veja as matérias abaixo e saiba mais sobre o IFN – Brasil e sobre o que aconteceu no II Simpósio Nacional de Inventários Florestais:

[Recursos das florestas brasileiras serão mapeados em inventário nacional](#)

[Norte-americanos compartilham experiências sobre execução de inventários florestais](#)

[Inventário de Santa Catarina dá exemplo para iniciativas em todo o país](#)

[IBGE apresenta metodologia utilizada no mapeamento da vegetação brasileira](#)

[2014 será o ano do Inventário Florestal Nacional](#)

[União Européia monitora cobertura florestal do Planeta](#)

Para acessar o conteúdo de todas as palestras em PDF, [clique aqui](#).

Publicado: sexta-feira, 29 de novembro de 2013, 14h39.

Recursos das florestas brasileiras serão mapeados em inventário nacional

Os trabalhos já foram iniciados em nove estados brasileiros. A previsão é que até 2016 sejam feitas as coletas de campo em mais de 20 mil pontos amostrais espalhados por todo o país



Foto: Serviço Florestal Brasileiro.

As perspectivas e desafios de se inventariar com uma metodologia única as florestas de um país tão extenso e diverso como o Brasil foram apresentadas durante a abertura do II Simpósio Nacional de Inventário Florestal, entre os dias 18 e 20 de novembro, no Centro de Eventos da FIEP, em Curitiba. A exposição foi feita

pelo diretor de Informações Florestais do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), Joberto Veloso de Freitas.

De acordo com Freitas, o Inventário Florestal Nacional (IFN) irá a campo coletar dados em mais de 20 mil pontos amostrais espalhados por todo o território nacional. Serão produzidas informações sobre número de espécies, volume de madeira, estoques de biomassa e carbono, etc. O IFN também contempla a análise da paisagem e uma abordagem socioambiental, obtida em entrevistas com moradores das comunidades do entorno dos pontos, para entender como essas pessoas percebem e como utilizam os recursos florestais.

O objetivo do IFN é conhecer os recursos florestais brasileiros e produzir informações para subsidiar discussões sobre temas atuais, como conservação da biodiversidade, mudanças climáticas e desertificação, dentre outros. “Sabemos que o Brasil não possui informações adequadas sobre seus recursos florestais. Além de contribuir para a elaboração de políticas públicas federais, dos estados e dos municípios, esses dados serão importantes para compor os relatórios relativos às convenções internacionais das quais o Brasil é signatário, além de servir de base para trabalhos de pesquisa e formação profissional” explicou Freitas.

Nove estados brasileiros (SC, DF, PR, RS, CE, RJ, RN, BA e SE) já iniciaram os seus inventários seguindo a metodologia do IFN. A previsão é que em 2014 sejam iniciadas as coletas de campo nos biomas da Amazônia e do Cerrado, que já possuem recursos garantidos para implementação por meio do Fundo Amazônia e do Programa de Investimento em Florestas - FIP, respectivamente.

O II Simpósio Nacional de Inventário Florestal é parte do processo de implementação do IFN. “Um país tão grande como o Brasil já tem muitas experiências acumuladas e essas experiências têm que ser aproveitadas. Tivemos o primeiro Simpósio em Natal, em 2012. A intenção é seguir realizando esse evento a cada ano. Esperamos que o terceiro Simpósio seja ainda maior e que os dados coletados nos inventários sejam fonte para os trabalhos científicos inscritos”, concluiu Freitas.

[Clique aqui](#) para acessar o conteúdo da palestra na íntegra.

Publicado: quinta-feira, 28 de novembro de 2013, 14h57.

Norte-americanos compartilham experiências sobre execução de inventários florestais

Foram apresentadas pesquisas sobre a acuracidade das estimativas utilizadas para calcular o volume total de biomassa das florestas e sobre o tempo ideal entre os ciclos de inventário



Foto: Serviço Florestal Brasileiro.

Os especialistas do Serviço Florestal dos Estados Unidos, Ronald McRoberts e James Westfall, apresentaram pesquisas científicas sobre a realização de inventários florestais, em um painel realizado na tarde do dia 20 de novembro durante o II Simpósio Nacional de Inventário Florestal.

McRoberts apresentou os resultados de uma pesquisa em que avaliou se os modelos matemáticos utilizados pelo Inventário Florestal Nacional (IFN) para calcular o volume e biomassa das florestas correspondia ou não com a realidade. O estudo utilizou os dados obtidos pelo IFN em Santa Catarina.

“Nos Estados Unidos realizamos este mesmo estudo e percebemos que essa diferença era insignificante. A dúvida é se aconteceria o mesmo no Brasil, onde há uma grande diversidade de espécies e a biomassa total é muito maior”, explicou.

A conclusão do estudo foi que o modelo utilizado para fazer as estimativas no Brasil era adequado e não alterava consideravelmente o resultado final.

Já o especialista James Westfall apresentou uma pesquisa onde procurava definir o intervalo de tempo ideal entre a realização dos ciclos de inventários nacionais. A pesquisa avaliou a produção e o acúmulo de biomassa ao longo dos anos, considerando as diferenças no comportamento das florestas em dez diferentes faixas de latitude.

“Atualmente as durações dos ciclos de inventário são definidas de acordo com a disponibilidade de recursos financeiros. Contudo, a escolha do ciclo poderia depender também do comportamento das florestas. Se você observa que as

florestas estão mudando muito rápido, faça ciclos mais curtos. Se não, não é necessário”, defendeu.

O estudo de Westfall concluiu que, para a maioria das latitudes, os ciclos de inventário podem ser feitos a cada cinco anos. Outro ponto destacado pelo especialista como essencial para o sucesso dos inventários nacionais é o treinamento apurado das equipes de campo, para que sejam evitados erros de medição.

Clique aqui e acesse o conteúdo das palestras na íntegra.

Publicado: quinta-feira, 28 de novembro de 2013, 14h55.

Inventário de Santa Catarina dá exemplo para iniciativas em todo o país

Santa Catarina foi o primeiro estado brasileiro a realizar de forma sistemática o inventário florestal de todo o seu território. Um terço do estado ainda conserva cobertura vegetal



Foto: Serviço Florestal Brasileiro.

As contribuições, inovações e peculiaridades do Inventário Florístico-Florestal de Santa Catarina (IFFSC) foram apresentadas pelo professor Alexander Vibrans, coordenador do projeto e pesquisador da Universidade Regional de Blumenau (FURB), no terceiro dia do II Simpósio Nacional de Inventário Florestal, realizado entre os dias 18 e 20 de novembro em Curitiba, Paraná.

De acordo com o professor o projeto teve início há mais de dez anos, quando foram realizadas as primeiras oficinas com representantes do setor florestal para definir de forma participativa a metodologia a ser utilizada. Santa Catarina adotou um modelo compatível com o IFN, proposto pelo Serviço Florestal Brasileiro. Os resultados finais do primeiro ciclo de trabalho foram entregues em março do ano passado.

O IFFSC implantou 440 unidades amostrais, em pontos distribuídos em uma grade de 10 x 10 quilômetros, contemplando todo o estado. Cada unidade amostral

ocupa uma área de 0,4 hectares, totalizando uma área de 176 hectares que será monitorada a cada cinco anos.

Um diferencial do inventário de Santa Catarina foram as análises da diversidade genética das populações. Nos estudos, foram rastreados o grau de parentesco genético de 13 espécies de plantas nativas. Outra inovação foi o levantamento das espécies que também contemplou o grupo das epífitas, ou seja, das orquídeas e bromélias que habitam o tronco das árvores.

Uma das preocupações levadas a cabo pela iniciativa foi garantir que as informações geradas chegassem até os tomadores de decisão e contribuissem de forma efetiva para a formulação de políticas públicas. “O Conselho Estadual de Meio Ambiente foi considerado o fórum mais adequado para fazer o intercâmbio com os setores políticos. Também fomos convidados a apresentar os resultados na Assembléia Legislativa e vamos aproveitar essa oportunidade para colocar as florestas na agenda política do estado”, contou Vibrans.

De acordo como pesquisador, outro desdobramento do IFFSC foi o intercâmbio de ideias e conhecimentos entre os profissionais. “Uma das maiores conquistas desta iniciativa foi a qualificação dos pesquisadores. Alguns desses profissionais já estão, inclusive, trabalhando na execução do IFN em outros estados”, afirmou.

O próximo ciclo do IFFSC deve ser iniciado em agosto de 2014.

Para saber mais sobre o IFFSC e baixar a publicação completa com os resultados do trabalho [acesse aqui](#).

[Clique aqui](#) e acesse o conteúdo da palestra na íntegra.

Publicado: quinta-feira, 28 de novembro de 2013, 14h52.

IBGE apresenta metodologia utilizada no mapeamento da vegetação brasileira

O método inclui o processamento digital de imagens de satélite, checagem dos dados em campo e revisões de bibliografia. A previsão é que o mapa em escala de 1:250.000 esteja concluído em 2015



Foto: Serviço Florestal Brasileiro.

A pesquisadora da Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Luciana Temponi, apresentou na manhã de 21 de novembro, durante o II Simpósio de Nacional de Inventário Florestal, realizado em Curitiba, a metodologia que está sendo utilizada pelo Instituto para realizar o mapeamento da cobertura vegetal brasileira.

Temponi explicou que a primeira proposta de classificação fitogeográfica do território nacional nasceu durante o Projeto Radam, realizado nas décadas de 1970 e 80, e culminou na publicação do Manual Técnico da Vegetação Brasileira no ano de 1982.

A iniciativa atual iniciou-se em 1997 e a expectativa é que até 2015 o mapeamento de todo o território nacional na escala 1:250.000 esteja concluído. Temponi explicou que o atual mapa dos biomas brasileiros, por exemplo, foi feito em uma escala de 1:5.000.000 e que este possivelmente será atualizado após o término do mapeamento que está sendo feito.

De acordo com a pesquisadora, a importância do mapeamento do IBGE é que ele é padronizado e dá continuidade de norte a sul do país. “Essa padronização é necessária para facilitar o intercâmbio de dados. Mesmo que não seja tão detalhado, ele tem um resultado muito próximo ao real”, defendeu.

[Clique aqui](#) e accese o conteúdo da palestra na íntegra.

Publicado: quinta-feira, 28 de novembro de 2013, 00h00.

2014 será o ano do Inventário Florestal Nacional

No ano serão iniciadas as coletas de campo nos biomas da Amazônia e do Cerrado, além dos estados do Espírito Santo, Bahia, Rio Grande do Norte, Paraná e Rio Grande do Sul



Foto: Serviço Florestal Brasileiro.

Durante apresentação no II Simpósio Nacional de Inventário Florestal, realizado na semana passada em Curitiba, o gerente de Informações Florestais do Serviço

Florestal Brasileiro (SFB) e coordenador do Inventário Florestal Nacional (IFN), Daniel Piotto, afirmou que o ano de 2014 será um ano de destaque na execução da iniciativa.

Isso porque a expectativa é de que sejam iniciadas as coletas de campo nos dois maiores biomas brasileiros, a Amazônia e o Cerrado. Os recursos para realização do inventário nesses biomas estão garantidos por meio de financiamentos internacionais do Fundo Amazônia e do Programa Internacional de Florestas (FIP), que irão complementar os recursos dos orçamentos federal e estaduais destinados para a iniciativa, somando R\$ 127 milhões a serem investidos.

De acordo com Piotto, o objetivo principal do IFN é fornecer informações de qualidade sobre os recursos florestais do país. Segundo ele, serão coletados dados em mais 20 mil pontos distribuídos por todo país, seguindo uma grade de amostragem de 20 X 20 quilômetros. A iniciativa deve ser repetida a cada cinco anos e a meta é terminar o primeiro ciclo de amostragem até o final de 2016.

Para cada ponto amostral são coletados dados referentes a quase 100 variáveis, incluindo informações sobre a estrutura e composição das florestas (número de espécies, estoque de carbono, biomassa, necromassa, solo, etc.), sobre a paisagem (uso do solo, fragmentação, cumprimento da legislação ambiental, etc.) e sobre a relação das comunidades com os recursos florestais ao seu redor.

O Jardim Botânico do Rio de Janeiro será o fiel depositário das amostras do material botânico coletado. “Estamos coletando material fértil e o material necessário para que sejam feitas análises de DNA em futuro próximo. As amostras vão compor um banco de dados molecular das árvores brasileiras”, explicou.

Outro ponto interessante da metodologia é que ela permite o adensamento da grade de amostragem em áreas onde há maior interesse ou necessidade de monitoramento. Foi o que aconteceu em estados como Santa Catarina, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Sergipe e Ceará. “Em Sergipe, por exemplo, o adensamento foi feito em áreas propensas a desertificação e em áreas com interesse para gestão de recursos hídricos”, contou Piotto.

[Clique aqui](#) e acesse o conteúdo da palestra na íntegra.

Para saber mais sobre o IFN – Brasil [acesse aqui](#).

Publicado: quinta-feira, 28 de novembro de 2013, 14h48.

União Européia monitora cobertura florestal do Planeta

As análises são feitas pelo Joint Research Centre através do monitoramento por satélite de cerca de nove mil pontos espalhados por todo o globo



Foto: Serviço Florestal Brasileiro.

O pesquisador do Joint Research Centre (JRC) da União Européia René Beuchle apresentou o trabalho que o Instituto de Meio Ambiente e Sustentabilidade (IES) do centro vem desenvolvendo para realizar o mapeamento por satélite da cobertura vegetal do planeta e o monitoramento das alterações ocorridas no período de 1990 a 2010.

Beuchle descreveu a metodologia que vem sendo utilizada pelo JRC para realizar o sensoriamento remoto em nove mil pontos amostrais espalhados por todo o globo. O sensoriamento é parte da Avaliação Global dos Recursos Florestais, coordenada pela FAO, e baseia estimativas de emissão de carbono por desmatamento e mudança de uso do solo.

No caso da África, Ásia e América do Sul a amostragem é realizada de forma sistemática a cada grau em parcelas de 10 x 10 quilômetros. Com base no monitoramento dos pontos são feitas as estimativas da quantidade de carbono armazenado nas florestas tropicais.

No Brasil são analisados dados de cerca de 700 pontos. A análise é feita através das imagens do satélite Landsat dos anos de 1990, 2000 e 2010 e de dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). A validação das informações é feita pela Embrapa Monitoramento por Satélite e em oficinas com especialistas da área.

[Clique aqui](#) e acesse o conteúdo da palestra na íntegra.

Para saber mais sobre o trabalho do JRC [clique aqui](#).

Publicado: quinta-feira, 28 de novembro de 2013, 14h44.

SFB participa do IV Congresso Nordestino de Engenharia Florestal

Ações para promover o manejo florestal comunitário e a geração de informações sobre os recursos florestais do Nordeste serão apresentados no evento

Agricultores familiares têm encontrado no manejo florestal comunitário uma fonte de renda para a época da seca e um meio para conservar a Caatinga. A relevância dessa atividade e as ações do Serviço Florestal Brasileiro (SFB) para incentivá-la poderão ser conhecidas nesta terça-feira, 26/11, no IV Congresso Nordestino de Engenharia Florestal (Coneflor), realizado em Vitória da Conquista (BA).

Além de prover assistência técnica aos pequenos produtores para que eles possam extrair produtos florestais como a lenha de forma sustentável, o SFB tem investido na capacitação de técnicos extensionistas e em cursos para estudantes de escolas técnicas a fim de ampliar o conhecimento sobre o manejo entre profissionais e futuros profissionais.

O tema do manejo será apresentado em palestra do chefe da Unidade Regional Nordeste do SFB, Newton Barcellos, na primeira mesa-redonda do evento. Nessa mesma mesa, também serão mostradas as atividades do SFB para conhecer os recursos florestais do Nordeste por meio do Inventário Florestal Nacional (IFN), em palestra do engenheiro florestal do SFB Guilherme Gomide.

O IFN está inserido em outra importante frente de atuação do SFB, que é o de gerar informações sobre as florestas do país. O Inventário é baseado em trabalho de campo, no qual equipes visitam pontos pré-determinados, à distância de 20km uns dos outros, para coletar dados sobre as árvores, como espécies, altura e diâmetro, além de amostras botânicas e de solo. Também são feitas entrevistas com moradores para conhecer sua relação com as florestas. Ceará, Bahia, Rio Grande do Norte e Sergipe são estados com o IFN já em realização ou em fase preparatória para sua execução.

Ambos os temas – Inventário e manejo comunitário – auxiliarão a ampliar os debates em torno do tema “Mudanças Climáticas Globais: atuação e perspectivas da Engenharia Florestal no Nordeste”, que será o foco do Congresso. Com o Inventário, serão obtidas informações sobre a cobertura florestal que ajudarão a definir ações governamentais e políticas públicas de mitigação, por exemplo. Já o manejo ajuda a conservar a vegetação e a evitar a desertificação ao estimular o uso adequado dos recursos florestais.

O Coneflor será realizado em conjunto com a III Semana de Engenharia Florestal da Bahia (III SEEFLOR) pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, com a organização do Colegiado de Engenharia Florestal, Centro Acadêmico de Engenharia Florestal e Empresa Júnior Florestal. O evento vai até o dia 28/11 e ocorrerá no Teatro Glauber Rocha, UESB, Vitória da Conquista - BA.

SERVIÇO

IV Coneflor – Mesa-redonda com palestra sobre o IFN e o manejo comunitário

Local: Teatro Glauber Rocha - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Campus de Vitória da Conquista (BA)

Horário: 8h às 9h30

Data: 26/11, terça-feira

Publicado: segunda-feira, 25 de novembro de 2013, 15h17.

Flona do Crepori: prazo para recebimento de propostas é prorrogado para 28 de janeiro

Edital será republicado e manterá critérios de avaliação das propostas técnicas e de preço. Única mudança está nas novas modalidades de garantia de proposta que serão aceitas



Foto: ICMBio.

O Serviço Florestal Brasileiro (SFB) republica nesta segunda-feira, 25/11, o edital para concessão florestal na Floresta Nacional do Crepori (PA), situado no oeste do Pará, na região de influência da rodovia BR-163.

Com a nova publicação, o prazo para recebimento das propostas enviadas por empresas interessadas na concessão passa desta terça-feira, 26/11, para o dia 28 de janeiro de 2014, até as 17h. Assim, a sessão pública de abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação será em 29 de janeiro de 2014, às 10h, na sede do SFB.

O edital mantém a área total para manejo em mais de 440 mil hectares, dividida em quatro unidades, sendo a menor com 29 mil hectares e a maior com 219 mil hectares a fim de atender a empreendedores de diferentes portes. Todas as unidades de manejo estão situadas na zona de produção da Flona, assim definidas no zoneamento da unidade de conservação.

Também estão mantidos os critérios de avaliação das propostas, assim como o preço mínimo por metro cúbico de madeira em R\$ 16,38, valor a partir do qual os concorrentes calculam o ágio para a proposta de preço, que faz parte da avaliação que define as empresas vencedoras da concessão.

A única mudança diz respeito à garantia de proposta, um dos instrumentos que a Lei de Licitações (8.666/93) estabelece para a qualificação econômico-financeira das propostas. Serão aceitas todas as modalidades de garantia previstas em lei, como caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia e fiança-bancária. A modificação foi realizada por solicitação da Comissão Especial de Licitação responsável pela concorrência pública para a concessão na Flona do Crepori.

A Flona encontra-se em uma região prioritária para o desenvolvimento de uma economia de base florestal sustentável e está inserida na estratégia do governo federal de gerar renda com a floresta em pé, estimulando a oferta de madeira legal no mercado, o surgimento de empregos formais e, ao mesmo tempo, combatendo o desmatamento e a degradação florestal.

[Clique aqui](#) para acessar os documentos do edital.

Publicado: sexta-feira, 22 de novembro de 2013, 15h20.

Serviço Florestal participa de oficina sobre flonas de Itaituba I e II

Encontro visa colher subsídios para a elaboração do plano de manejo das unidades de conservação

O Serviço Florestal Brasileiro (SFB) participa de domingo a terça-feira, dias 24 a 26/11, em Itaituba (PA), da Oficina de Planejamento Participativo que discutirá o futuro plano de manejo das florestas nacionais (flonas) de Itaituba I e II, localizadas no oeste do Pará.

O plano de manejo estabelecerá o zoneamento dessas unidades de conservação e as normas que presidirão seu uso, e terá influência direta na realização de concessões florestais.

Uma vez que o plano de manejo defina, entre as diversas zonas, uma voltada à produção, tal área poderá ser utilizada para o manejo florestal, ou seja, para a produção de madeira e de produtos não madeireiros de forma sustentável por meio das concessões. Esse instrumento fomenta a economia florestal de base sustentável, gera empregos e promove renda com a floresta em pé, além de contribuir para o combate ao desmatamento e à degradação florestal.

As flonas de Itaituba I e II são passíveis de concessão florestal em 2014, conforme o Plano Anual de Outorga Florestal 2014 (PAOF), um dos instrumentos utilizados na gestão das florestas públicas para a produção sustentável.

A oficina, organizada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), deverá contar com participantes de diversos segmentos da sociedade, entre integrantes de órgãos do governo federal, estadual e municipal, instituições locais, organizações da sociedade civil organizada, comunidades e academia, além dos membros do Conselho Consultivo das flonas.

Publicado: sexta-feira, 22 de novembro de 2013, 15h18.

Fundo Florestal apoiará ações na Amazônia e na Caatinga em 2014

Atuação será concentrada em apoio a atividades que promovam o manejo florestal sustentável



Foto: Serviço Florestal Brasileiro.

No próximo ano, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF) atuará nos biomas Amazônia e Caatinga a fim de promover o manejo florestal sustentável, com foco na região de influência da rodovia BR-163, no Pará, e nos polos consumidores de lenha e carvão no Nordeste.

A informação, que é parte do Plano de Aplicação Regionalizada do FNDF para 2014, foi apresentada aos membros do Conselho Consultivo do FNDF durante a 6ª Reunião Ordinária do grupo na quarta-feira, 20/11, em Brasília (DF). O Conselho é formado por representantes de 12 instituições, entre órgãos de governo e diversas entidades da sociedade civil.

Ao aplicar recursos nessas áreas e temas, o FNDF amplia e fortalece suas atividades em locais prioritários no cenário florestal. “Concentrar esforços em determinadas áreas florestais pode garantir melhores resultados e o

estabelecimento de uma economia de base florestal”, afirma a diretora de Fomento e Inclusão do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), Claudia Azevedo-Ramos.

O Fundo lançará chamadas de projetos voltadas à capacitação de extensionistas e à assistência técnica para o manejo florestal comunitário e familiar na região da BR-163 e entorno de concessões florestais no Pará, como também no entorno de polos industriais consumidores de lenha no Nordeste.

De acordo com o gerente de Capacitação e Fomento do SFB, João Paulo Sotero, outras ações e inclusive biomas poderão ser apoiados. “Dentre as estratégias de atuação do FNDF está o estabelecimento de parcerias com outros fundos e instrumentos de fomento no sentido de captar outros recursos”, diz. Isso ocorreu nos dois últimos anos, quando FNDF e Fundo Nacional sobre Mudanças Climáticas realizaram chamadas públicas para apoio a projetos de forma conjunta.

Resultados

Na reunião do Conselho Consultivo, foi apresentado o balanço das ações do Fundo: mais de R\$ 17 milhões aplicados desde 2010 em atividades na Amazônia, Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica, num total de 150 projetos.

Aproximadamente 6.000 famílias já foram beneficiadas com assistência técnica para o manejo ou com assessoria para a gestão de negócios florestais de base comunitária, e quase 1.500 pessoas foram capacitadas em diferentes atividades ligadas ao uso sustentável das florestas ou à restauração florestal.

Entre os beneficiários estão agricultores familiares de assentamentos da reforma agrária e do Programa Nacional do Crédito Fundiário, extrativistas, extensionistas, estudantes de cursos técnicos, viveiristas e empresas consumidoras de produtos florestais.

Caatinga

Único bioma exclusivamente brasileiro, a Caatinga foi alvo de 50% dos projetos do Fundo. Ao todo, o FNDF apoia o manejo em mais de 25 mil hectares nesse bioma, uma estratégia que tem gerado fonte de renda para assentados, conservação da vegetação e combate à desertificação.

Apenas no Piauí, onde o SFB atende a cinco assentamentos, o potencial de geração de renda bruta com o manejo chega a R\$ 500 mil anuais, segundo o engenheiro florestal e responsável técnico por esses planos de manejo, Cristiano Cardoso, da Fundação Apolônio Salles, contratada pelo FNDF. Juntas, as áreas de manejo apoiadas nesse estado equivaleriam a sua 12ª unidade de conservação, o que mostra a relevância em extensão do manejo para a conservação da Caatinga.

Novamente inclusa no PAAR, a Caatinga receberá mais ações do Fundo, o que potencializará as ações na região, com impacto social, econômico e ambiental.

Publicado: sexta-feira, 22 de novembro de 2013, 13h40.

SFB aborda oportunidades de mercado em congresso florestal no Tocantins

Concessões florestais estão entre os investimentos que podem ser realizados no segmento de florestas nativas

O 2º Congresso Florestal do Tocantins, que ocorre durante esta semana em Palmas (TO), abre espaço nesta quarta-feira, 20/11, para a discussão do mercado florestal em um painel que terá a participação do Serviço Florestal Brasileiro (SFB).

O gerente-executivo de Planejamento Florestal, André Andrade, abordará em palestra às 17h as oportunidades de mercado na visão do SFB, tanto dentro quanto fora do país, com foco no segmento dos produtos florestais madeireiros, que apresentam tendência de crescimento para os próximos anos.

Segundo Andrade, essas oportunidades englobam desde a produção madeireira via manejo florestal sustentável aos plantios florestais. “Também será mostrado como as concessões florestais podem apoiar o crescimento do mercado florestal brasileiro”, afirma. Atualmente, o SFB tem três editais de concessão abertos para o manejo sustentável de mais de 1 milhão de hectares na Amazônia.

O gerente-executivo afirma que o fortalecimento do mercado florestal traz uma série de benefícios. “O desenvolvimento de um mercado florestal do Brasil sob bases sustentáveis irá não apenas auxiliar o país na geração de emprego e renda como também fazer com que o país aproveite melhor suas vantagens comparativas no setor florestal”, diz.

Segundo os dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na pesquisa Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS/ 2011), a produção primária florestal brasileira foi de R\$ 18,1 bilhões naquele ano em relação a 38 produtos oriundos do extrativismo vegetal e 7 da silvicultura.

Confira outros detalhes no [site](#) do evento.

Publicado: quarta-feira, 20 de novembro de 2013, 13h42.

1ª propriedade do RN cadastrada no SiCAR é assentamento que recebe apoio do SFB para o manejo

Nesta terça-feira, MMA estará em Natal para ampliar ações do sistema

Um assentamento que recebe apoio do Serviço Florestal Brasileiro (SFB) para realizar o manejo florestal sustentável foi a primeira propriedade do Rio Grande do Norte a ser cadastrada no Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (SiCAR), que é a ferramenta eletrônica para registro público de imóveis rurais. O Sicar foi lançado na tarde dessa segunda-feira (18/11) em Natal.

No assentamento Sítio Bentos, localizado na zona rural do município Florânia (a 216 km da capital), moram seis famílias, que adquiriram a terra por meio do Programa Nacional de Crédito Fundiário do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e vivem de atividades agrícolas e produção de carvão e lenha.

O chefe da Unidade Regional Nordeste do SFB, Newton Barcellos, detalhou algumas atividades que o SFB vem promovendo no assentamento para torná-lo modelo na exploração da lenha. Segundo ele, as famílias que vivem na área foram capacitadas e receberam assistência técnica para ações ligadas ao manejo florestal comunitário, como produção de lenha e carvão sustentáveis, melhoria da produtividade agrícola em bases agroecológicas e tratamento do solo.

Capacitação

“Bentos é um dos 20 assentamentos no Rio Grande do Norte apoiados pelo SFB para receber assessoria florestal e apoio na elaboração de planos de manejo florestal e capacitação de pequenos agricultores”, explica Barcellos. Ele aponta, ainda, que o estado consome anualmente 3 milhões de metros de lenha nos setores industrial e comercial, sendo que grande parte dessa lenha vem da zona rural. “O nosso objetivo é capacitar o maior número de pessoas que vivem da exploração de lenha para que a atividade seja sustentável e rentável”, acrescenta.

O secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente, Paulo Guilherme Cabral, detalha que os planos de manejo orientados pelo SFB geram melhorias rurais à comunidade local, que vão desde a redução de queimadas e erosão do solo até o incremento da renda. “Com o incentivo todos saem beneficiados, agora, então, com o Cadastro Ambiental Rural (CAR) esses pequenos produtores assentados entrarão de vez para a legalidade”, salienta.

Estados

O SiCAR é a ferramenta eletrônica que permite o registro público de imóveis rurais. Com este lançamento no Rio Grande do Norte, já são sete os Estados que estão com o SiCAR disponível – Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Goiás, Ceará, Piauí,

Maranhão e Rio Grande do Norte. Por meio do acesso ao site www.car.gov.br, é possível baixar o aplicativo para o cadastro, enviar os dados solicitados e consultar a situação de um cadastro já enviado. A expectativa do Ministério do Meio Ambiente é que até o início do mês de dezembro todos os estados já estejam com o SiCAR disponível.

Nesta terça-feira (19/11), o secretário Paulo Cabral estará em João Pessoa para lançamento do SiCAR na Paraíba. A cerimônia será às 14h na Superintendência de Administração do Meio Ambiente (Sudema), na Avenida Monsenhor Walfredo Leal, 181, Bairro Tambiá.

Saiba mais

O CAR é importante instrumento para garantir segurança jurídica aos proprietários de imóveis rurais. Previsto na Lei 12.651/2012, que instituiu o Código Florestal Brasileiro, o Cadastramento Ambiental Rural é tarefa preferencialmente dos Estados. Entretanto, o conjunto dos entes federativos tem a responsabilidade de construir um sistema integrado que ajude a todos na gestão ambiental rural do país.

Pela lei, o cadastro é pré-condição para o ingresso nos processos de regularização ambiental e dele dependerá, no futuro, o acesso ao crédito rural. A expectativa é que todos os estados iniciem o cadastramento já integrado ao sistema nacional até dezembro deste ano. O prazo de um ano para inscrição no CAR, previsto na Lei, deverá ser iniciado ainda em dezembro de 2013.

Com informações da Ascom do MMA

Publicado: terça-feira, 19 de novembro de 2013, 14h09.

II Simpósio Nacional de Inventário Florestal começa em Curitiba

O Simpósio é uma parceria entre o SFB e a Embrapa Florestas e tem como objetivo debater iniciativas de inventários florestais. Participam do evento técnicos e pesquisadores de todo o país e do exterior



Foto: Serviço Florestal Brasileiro.

O trabalho em sinergia entre as instituições é o que vai promover o sucesso do Inventário Florestal Nacional. Esta foi a mensagem mais mencionada na mesa de abertura do II Simpósio Nacional de Inventário Florestal, realizado no Centro de Eventos da Fiep, em Curitiba, Paraná.

Realizado pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e a Embrapa Florestas, o Simpósio traz para discussão a realização de inventários florestais além de possibilitar aos participantes conhecer experiências de outros países, como Chile e Estado Unidos.

Para Sergio Gaiad, Chefe de Pesquisa e Desenvolvimento da Embrapa Florestas, a troca de experiências proporcionada por um evento como este é um dos pontos mais importantes. “São diversas experiências, todas muito ricas, para uma troca efetiva para realização dos trabalhos de inventário florestal”, afirmou.

A experiência de realização do IFN no Paraná foi destacada por Antônio Caetano de Paula Jr., Diretor Geral da Secretaria Estadual de Meio Ambiente no estado. Ele ressaltou que o estado conseguiu recursos para implementar a terceira fase do Inventário Florestal Nacional. “Concluindo o Inventário, vamos usar as informações para traçar políticas públicas”, ressaltou.

Já Antônio Carlos Hummel, Diretor Geral do Serviço Florestal Brasileiro, informou que realizar o IFN Brasil é meta estratégica do Ministério do Meio Ambiente. “Um dos principais desafios que temos, além de conhecer melhor nossas florestas, é traduzir estas informações para a sociedade”. Segundo Hummel, o IFN Brasil tem tudo para dar certo: “já temos a metodologia definida, conseguimos o recurso para fazer e temos parcerias estabelecidas com os governos estaduais e outros órgãos nacionais e internacionais”.

Encerrando o evento, o Diretor de Pesquisa e Informações Florestais do Serviço Florestal Brasileiro, Joberto Veloso de Freitas, representando a coordenação do evento, afirmou que “o IFN é um processo em construção e um desafio para o Brasil pelo tamanho e condições do país. Logo teremos muitos dados que serão transformados em informação”, completou. “Por isso a importância do Simpósio: um momento de agregar métodos, conhecer experiências e aguçar nosso sentido crítico”.

O evento contou ainda com o anúncio de que Curitiba deve sediar, em 2019, o XXV Congresso Mundial Florestal da IUFRO, organização internacional que congrega instituições de pesquisa florestal do mundo inteiro (International Union of Forest Research Organizations). A escolha da cidade deve ser ratificada em 2014, quando acontece o Congresso Mundial Florestal em Salt Lake City, Estados Unidos.

Publicado: terça-feira, 19 de novembro de 2013, 13h44.

Evento discute Inventários Florestais

II Simpósio Nacional de Inventário Florestal vai reunir especialistas brasileiros e de outros países para troca de experiências



Foto: Serviço Florestal Brasileiro.

O desafio de fazer inventários das florestas de um país com as dimensões e a biodiversidade do Brasil estará em discussão na próxima semana em Curitiba, Paraná. De 18 a 20 de novembro, cerca de 300 pessoas estarão reunidas no II Simpósio Nacional de Inventário Florestal, organizado pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e Embrapa Florestas.

O objetivo do evento é viabilizar um canal para troca de experiências sobre os inventários florestais que estão sendo realizados no Brasil e em outros países. Participarão do Simpósio representantes de serviços florestais dos Estados Unidos e do Chile, além de renomados pesquisadores especialistas no tema. Também serão expostos, em apresentações orais e pôsteres, 126 trabalhos científicos.

Segundo o Diretor de Pesquisa e Informações Florestais do SFB, Joberto Veloso de Freitas, “a expectativa é que o Simpósio agregue instituições e pesquisadores de diferentes iniciativas, além de ser um espaço de atualização sobre o andamento do primeiro ciclo do inventário florestal em escala nacional que está sendo realizado no Brasil e uma oportunidade para conhecermos a experiência de outros países”.

O compartilhamento das experiências das equipes que estão trabalhando no Inventário Florestal Nacional (IFN) também é alvo do evento. “Diversas equipes foram treinadas e muitos estados brasileiros já estão planejando e implementando o Inventário. Este espaço de troca é muito importante para o sucesso do IFN Brasil”, afirma a pesquisadora Yeda Maria Malheiros de Oliveira, da Embrapa Florestas.

A abertura do Simpósio acontece na segunda-feira (18/11), às 18h, com apresentações sobre o andamento do IFN Brasil e sobre as ações de monitoramento e avaliação florestal que estão sendo realizadas pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). Na terça e quartas-feiras

pela manhã acontecem painéis com especialistas e, na parte da tarde, apresentação dos trabalhos científicos inscritos.

O evento também contará com uma exposição das fotografias finalistas do I Concurso de Fotografias do IFN-BR.

As inscrições para o II Simpósio Nacional de Inventário Florestal estão encerradas. Acompanhe a programação e notícias sobre as principais palestras nos sites e mídias sociais do SFB e da Embrapa.

Publicado: segunda-feira, 18 de novembro de 2013, 12h01.

Eficiência energética na produção de cerâmica promove uso mais sustentável de recursos madeireiros na Caatinga

Serviço Florestal Brasileiro apóia o uso mais eficiente da lenha de 18 cerâmicas em três estados do Nordeste



Serviço Florestal Brasileiro (SFB) promove capacitação para empresas e funcionários em pólos industriais no Nordeste. Os cursos tratam do uso eficiente e racional da biomassa florestal da Caatinga e da disseminação de boas práticas nos processos produtivos da cerâmica.

A lenha e o carvão figuram como os principais produtos florestais da Caatinga e o uso intensivo destes recursos em alguns processos industriais pode acelerar a degradação do bioma. O SFB tem financiado ações que busquem usos mais sustentáveis dos recursos e que ao mesmo tempo promovam o desenvolvimento regional.

Ao longo deste ano, uma das ações em curso é a capacitação de indústrias no ramo da cerâmica visando o melhor aproveitamento energético em seus processos produtivos. A iniciativa é resultado da parceria entre dois fundos ambientais: o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF)/SFB e Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC)/MMA. Os empresários ceramistas recebem aulas teóricas e práticas ministradas pela Fundação Parque Tecnológico da Paraíba,

instituição contratada pelo SFB. A capacitação conta simultaneamente com duas turmas: uma na Paraíba e outra no Rio Grande do Norte. As diferentes turmas terão encontros semanais, que começaram no último dia 30 de outubro e que se estendem até o dia 19 de dezembro de 2013.

A parceria entre FNDF e FNMC apoiou 18 Cerâmicas situadas nos estados da Paraíba (11), Rio Grande do Norte (6) e Pernambuco (1) e que foram classificadas na seleção de projetos da Chamada Pública nº 04/2012. As empresas terão cursos técnicos para os proprietários, os gerentes e os funcionários; assessoria para aprimorar processos produtivos; orientações que facilitem o acesso a financiamentos para uso de novas tecnologias; princípios de sustentabilidade, segurança no trabalho e princípios de administração e investimentos.

Alencar Garlet, funcionário do SFB na regional do Nordeste, acompanha a iniciativa de perto e menciona que os cursos têm um viés bastante prático. Uma grande parte dos módulos trata da eficiência energética no que se refere à queima e secagem da lenha e também à fabricação da cerâmica. Esses elementos buscam o aprimoramento do processo produtivo e a diminuição do consumo de lenha. “Para assegurar a continuidade, além da formação inicial, as empresas receberão ainda por mais um ano a assistência técnica diretamente da Fundação contratada”, afirma Garlet.

A ação é complementar a outras ações do FNDF, como o apoio ao manejo florestal de uso múltiplo da Caatinga, que contribui para ofertas sustentáveis de lenha. A produção sustentável e o consumo eficiente e racional deste recurso são processos complementares que fortalecem o bom uso e a conservação da Caatinga.

Para mais informações, veja detalhes de outras [Chamadas públicas do FNDF](#) e acompanhe mais notícias aqui pelo site.

Publicado: segunda-feira, 18 de novembro de 2013, 11h56.

Saiba como montar o menu da Lei de Acesso à Informação

Órgãos do governo federal devem disponibilizar em seu site um menu especificado pela LAI

Desde 1º de junho de 2013, todos os órgãos do Poder Executivo devem publicar em seus sites um rol de informações classificadas e desclassificadas, além de relatórios estatísticos sobre a Lei de Acesso à Informação (LAI). Para orientar o cumprimento da exigência, o governo federal elaborou uma [cartilha](#), que visa nortear a publicação e a disposição dos dados nos endereços eletrônicos das entidades governamentais.

No menu ao lado, abaixo do chapéu Sobre, estão todas as seções da legislação que um órgão do governo federal deve publicar. Ao clicar em cada um deles o gestor de conteúdo terá uma explicação sobre qual informação deverá ser disponibilizada para o cidadão.

A LAI tem por objetivo regulamentar o direito constitucional de acesso dos brasileiros às informações públicas. De acordo com a Controladoria Geral da União (CGU), o comando central da lei é “O acesso à informação é regra. O sigilo é a exceção”. Segundo o Coordenador-Geral de Promoção da Ética, Transparência e Integridade da entidade, Renato Capanema, o cidadão não precisa justificar a solicitação da informação. “O princípio básico de uma cultura de acesso é justamente que a informação é pertencente à sociedade e não ao Estado. Com a LAI, o governo federal agora entrega a informação ao seu legítimo dono”, afirma.

Por meio do e-SIC, sistema desenvolvido pela CGU, qualquer pessoa (física ou jurídica) pode encaminhar pedidos de acesso à informação para órgãos e entidades dos três Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios pela internet. Caso não possua acesso à web, o cidadão tem a opção de fazer seu cadastro na unidade física do Sistema de Informações ao Cidadão (SIC), ou também por telefone.

A LAI prevê dois tipos de restrição à regra de cessão das informações: dados pessoais e informações classificadas por autoridades como sigilosas.

As informações consideradas sigilosas são aquelas que podem colocar em risco a segurança da sociedade ou do Estado. Elas são classificadas em três níveis, a contar da data de sua produção:

- Ultrassecreta: prazo de segredo de 25 anos (renovável uma única vez)
- Secreta: prazo de segredo de 15 anos
- Reservada: prazo de segredo de 5 anos

As informações pessoais são aquelas relacionadas à pessoa natural identificada ou identificável e por isso têm seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo, pelo prazo máximo de 100 anos a partir da sua data de produção. A intenção é respeitar a intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas.

Caso a informação solicitada seja negada e o cidadão não concorde com a decisão, é possível entrar com recurso e pedir uma nova avaliação. A LAI prevê até quatro instâncias de recurso, podendo ser solicitado pessoalmente ou via internet. No [site Acesso à Informação](#) é possível ver o passo a passo do processo.

Dos pedidos recebidos em seu primeiro ano de vida (maio de 2012 a maio de 2013), 95,8% (83.483) foram respondidos, sendo 79,2% (66.185) de forma positiva, com a informação solicitada entregue ao cidadão. Outros 6,9% (5.764) tiveram acesso parcialmente concedido, eram perguntas duplicadas ou repetidas, tratavam de informação inexistente ou não eram de competência do órgão demandando. Apenas 9,8% (8.205) foram respondidos negativamente por se tratarem de pedidos de dados pessoais ou sigilosos.

Fonte

[Portal Brasil](#)

Publicado: sábado, 02 de novembro de 2013, 22h15.

Proposta de desoneração tributária de produtos madeireiros é apresentada em seminário no Senado Federal

O evento foi organizado pela Comissão de Assuntos Econômicos e debateu propostas de uso da política fiscal e tributária para a promoção de uma economia mais sustentável



Foto: Serviço Florestal Brasileiro.

O estudo “Fortalecimento do Setor Florestal no Brasil: Mapeamento da Carga Tributária Incidente sobre Produtos Florestais Madeireiros e proposição de medidas de desoneração”, elaborado pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB), em parceria com a Agência de Cooperação Alemã GIZ, foi apresentado no Seminário ”Política Tributária e Sustentabilidade: Uma Plataforma para a nova economia”, realizado na última terça-feira, no Senado Federal.

O seminário foi organizado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) da casa legislativa, em parceria com o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) e com Instituto Ethos, e contou com a presença de senadores, analistas do Ministério do Meio Ambiente e da Receita Federal, representantes do terceiro setor e jornalistas.

Durante o evento foram debatidos os princípios econômicos que justificam o uso da política tributária para a promoção de uma economia verde e propostas práticas para a sua implementação. As propostas apresentadas foram fundamentadas no Artigo 170 da Constituição Federal que prevê a defesa do meio ambiente como um dos princípios a serem seguidos pela ordem econômica.

Segundo a pesquisadora responsável pela elaboração do estudo apresentado pelo SFB, Edna de Cássia Carmelo, a desoneração de impostos que incidem sobre a cadeia produtiva da madeira legal, como o ICMS, IPI e PIS/CONFINS, traria como impactos positivos o aumento da oferta de produtos legais, a diminuição do desmatamento e o fortalecimento do mercado de produtos florestais.

Carmelo enfatizou que não existe atualmente uma discriminação tributária positiva para os produtos advindos de uma cadeia sustentável. “Este tema ainda não permeia o legislativo federal”, afirmou.

Já o diretor-geral do SFB, Antônio Carlos Hummel, enfatizou que a valorização das florestas do ponto de vista econômico é o único caminho viável para a conservação. “As ações de comando e controle não são suficientes. Não há caminho para a manutenção das florestas que não inclua a valorização da madeira nativa. E essa proposta de desoneração tributária dos produtos madeireiros frutos de concessão pode contribuir bastante para desenvolver o mercado florestal do Brasil”, afirmou.

O estudo “Fortalecimento do Setor Florestal no Brasil: Mapeamento da Carga Tributária Incidente sobre Produtos Florestais Madeireiros e proposição de medidas de desoneração” foi lançado em agosto deste ano e, além de diferentes propostas de desoneração da cadeia produtiva dos produtos madeireiros advindos de áreas de concessão florestal, apresenta os impactos que cada cenário traria.

Para acessar o resumo executivo e o estudo completo, [Relatório Técnico Florestas Nativas de Produção Brasileiras](#).

Publicado: sexta-feira, 01 de novembro de 2013, 12h03.

Tecnologia diferencia carvão de florestas naturais e plantadas

Laboratório de Produtos Florestais (LPF), que completou 40 anos, tem se destacado em pesquisas como a que mostra que a espectroscopia pode ser ferramenta promissora para auxiliar no combate ao carvão ilegal de florestas nativas



Foto: Serviço Florestal Brasileiro.

Uma técnica que vem sendo estudada pelo Laboratório de Produtos Florestais (LPF) do Serviço Florestal Brasileiro (SFB) poderá auxiliar no combate à produção ilegal de carvão, ao conseguir distinguir se sua origem é de florestas nativas ou plantadas.

Com o uso da espectroscopia de infravermelho próximo, que avalia a absorção ou reflexão da energia emitida pelo material analisado, pesquisadores conseguiram diferenciar amostras dos dois tipos de carvão.

Foram utilizadas amostras de eucaliptos – sendo de três espécies puras (sem modificação genética) e 13 que tinham melhoramento genético – além de duas espécies nativas do Cerrado, o carvoeiro e o ipê. “Conseguimos separar em 100% o carvão produzido com madeiras de florestas plantadas e nativas”, afirma a química Tereza Cristina Monteiro Pastore. O estudo foi publicado na *Química Nova*, em 2010.

Segundo Tereza, os resultados ainda estão em âmbito de laboratório, mas indicam a possibilidade de a técnica se tornar uma nova ferramenta para auxiliar em trabalhos de fiscalização, seja em barreiras em rodovias ou na elaboração de laudos periciais, por exemplo.

Um de seus principais benefícios seria ampliar as formas de diferenciar madeiras e carvões e facilitar o acesso desse conhecimento a mais profissionais que atuam no combate a crimes ambientais. “A espectroscopia de infravermelho é uma maneira de disseminar esse conhecimento, pois é uma técnica que é instrumental, que utiliza aparelhos, e não visual”, afirma. Atualmente, é necessário que os agentes saibam identificar, sem o auxílio de equipamentos, ou seja, apenas visualmente, as diferentes espécies.

Para que a tecnologia chegue ao uso na prática, são necessários estudos com mais espécies, além da criação de um banco de dados amplo sobre cada madeira. Um dos problemas envolvendo carvão é produzi-lo ilegalmente a partir de florestas nativas como se fosse de florestas plantadas.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2011 foram produzidos mais de 5 milhões de toneladas de carvão, sendo 75,3% provenientes da silvicultura e 24,7% da extração vegetal.

Saiba mais

A espectroscopia já é bastante usada no segmento de florestas plantadas para detectar a quantidade de celulose e lignina na madeira e, assim, auxiliar em processos industriais de fabricação de polpa de celulose.

Porém, a espectroscopia ainda é uma tecnologia nova quanto se fala em florestas nativas. O LPF começou, de forma pioneira, a pesquisar o uso dessa tecnologia nessa área, voltado para a diferenciação de madeiras que, a olho nu, são facilmente confundidas, como as do mogno, do cedro, da andiroba e do curupixa. O estudo foi publicado no *International Association of Wood Anatomists (IAWA) Journal*.

A principal aplicação desse conhecimento está em ações de fiscalização, para que o agente consiga identificar a madeira e detectar fraudes como o transporte ilegal de uma madeira como se fosse de uma espécie autorizada.

A técnica também já foi usada em estudos sobre durabilidade natural da madeira, para avaliar a perda de celulose e lignina em amostras atacadas por fungos realizadas no âmbito da Universidade de Brasília (UnB) com coorientação do LPF. Outra aplicação está em pesquisas sobre resistência física de produtos feitos com madeira, para acompanhar o rompimento da linha de cola de painéis, por exemplo.

Publicado: sexta-feira, 25 de outubro de 2013, 12h06.

Conheça o novo modelo de plataforma digital do governo federal

Estrutura reúne o que há de mais adequado em soluções digitais de acessibilidade e de divulgação de informações nos mais variados formatos; conheça todos os detalhes deste novo modelo

Seja bem-vindo!

[Acesse os manuais que irão auxiliar na montagem de sites dos órgãos do governo federal](#)

Para otimizar a comunicação com o cidadão, foi criada a Identidade Digital de Governo. Esse projeto busca padronizar os portais dos órgãos públicos federais e alinhar as informações com foco no cidadão.

Os conteúdos, módulos e funcionalidades foram criados para facilitar o acesso aos serviços oferecidos pelo Governo Federal, assim como possibilitam, por meio de vídeos, infográficos, textos, aplicativos, vídeos, que as notícias sejam facilmente compreendidas.

A nova Identidade também garante uma navegação acessível, para pessoas com deficiência, e adota conceito de web responsiva, ou seja, a páginas se adaptam automaticamente e podem ser visualizadas tanto em um computador quanto em smartphones e tablets, garantindo uma visualização mais uniforme.

Navegue pelo portal e conheça todas as aplicações possíveis para os mais variados conteúdos, sejam vídeos, imagens, áudios e textos.

Bom trabalho!

Publicado: quarta-feira, 23 de outubro de 2013, 18h51.

Serviço Florestal avalia impacto do manejo florestal em assentamentos de Pernambuco

Impacto na renda dos agricultores familiares foi um dos aspectos analisados e que serão mostrados em encontro aberto ao público

O Serviço Florestal Brasileiro (SFB) promoveu na quarta-feira, 23/10, em Recife (PE), um encontro para apresentar os resultados do apoio à realização do manejo florestal comunitário em 13 assentamentos de Pernambuco.

Para avaliar o impacto do apoio aos produtores rurais foram analisados a produção de lenha e carvão por meio do manejo, o valor alcançado com a venda, a variação dos preços ao longo dos últimos três anos, quanto os produtos florestais representam na renda total dos agricultores familiares, a área manejada, a quantidade de pessoas envolvidas, entre outras informações.

Os agricultores familiares recebem assistência técnica provida pelo SFB com o objetivo de viabilizar as condições para a realização do manejo florestal e, assim, obter uma fonte de renda complementar ou principal. Ao mesmo tempo, a lenha e carvão produzidos pelos assentamentos contribuem para a oferta legal desses produtos no mercado. Para entender o impacto dessa ação, o SFB avaliou as melhorias que potencialmente a economia florestal poderia trazer aos produtores rurais.

Ao todo, foram entrevistadas 181 famílias que responderam questões sobre condições sociais, ambientais e econômicas. Entre elas, condições sobre saneamento, educação, destino dos resíduos sólidos, formas de acesso à água, composição do rebanho, da produção agrícola e a composição da renda.

O estudo mostrou que em 100% dos casos houve melhoria de renda, com o manejo participando de até 27% da renda média das famílias para um período de apenas três meses de trabalho com a floresta. Os recursos adicionais têm sido usados principalmente para ajudar a pagar o crédito fundiário e para melhorias coletivas por meio das associações. Assentamentos com manejo florestal apresentaram, ainda, baixa incidência de fogo, de erosão do solo e de roubo de madeira.

Os assentamentos avaliados estão nos municípios de Betânia, Floresta, Ingazeira, São José do Belmonte e Serra Talhada, e incluem tanto aqueles da reforma agrária quanto os do Programa Nacional do Crédito Fundiário (PNCF).

Ao todo, cerca de 150 assentamentos nos estados do Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco recebem apoio do SFB para realizar atividades florestais sustentáveis. A fim de expandir o estímulo a essas ações no bioma Caatinga, o SFB vem apoiando a assistência técnica aos produtores, a capacitação de extensionistas no tema e a formação complementar a estudantes de cursos técnicos no Nordeste.

SERVIÇO

Apresentação dos resultados do apoio ao manejo florestal em 13 assentamentos de Pernambuco

Local: auditório da superintendência do Ibama - Av. 17 de Agosto, nº 1.057 - Casa Forte, Recife (PE)

Horário: 14h

Data: 23/10, quarta-feira

Publicado: quarta-feira, 23 de outubro de 2013, 12h11.

Encontro na Indonésia reúne países megaflorestais

Serviço Florestal participa da reunião, que debate governança, indústria florestal e o papel das agências públicas



Foto: Serviço Florestal Brasileiro.

O Serviço Florestal Brasileiro (SFB) participa até sexta-feira, 25/10, em Bali (Indonésia), da oitava edição do MegaFlorestais, encontro que conta com representantes de 12 países entre aqueles que possuem as maiores áreas com cobertura florestal do mundo.

Voltado à troca de experiências entre agências florestais, o encontro deste ano tem como tema “A arquitetura da governança florestal no século 21”, que será debatido sob as perspectivas do mercado e dos negócios, da indústria florestal e dos papéis das agências governamentais.

A reunião tem como uma de suas principais características ser um fórum informal e técnico, em que as instituições florestais compartilham experiências e desafios de modo franco e aberto. Para estimular o debate, o encontro utiliza as regras da entidade britânica Chatlam House, em que os participantes são livres para usar a informação recebida no encontro, mas não podem atribuí-la a um convidado em específico.

Além das sessões técnicas, o evento contará com uma viagem de campo na quarta-feira, 23/10, para a localidade de Penglipuran Village, onde há uma floresta de bambu que vem sendo preservada de geração a geração devido ao compromisso firmado pela própria comunidade.

O SFB é representado pelo seu diretor-geral, Antônio Carlos Hummel; pelo diretor de Concessão Florestal e Monitoramento, Marcus Vinicius Alves, e pelo assessor internacional, Daniel Tristão. Também estão presentes dirigentes de outros países que formam o grupo dos MegaFlorestais, que são Austrália, Camarões, Canadá, China, República Democrática do Congo, Indonésia, México, Peru, Rússia, Sudão do Sul e Estados Unidos.

O nome Megaflorestais designa o grupo informal de agências florestais que se reuniram com o objetivo de estreitar relações e fortalecer-se mutuamente. Originou-se em 2005 e, desde então, seus membros se reúnem anualmente para estreitar relações e fortalecer coletivamente suas habilidades para desempenhar papéis de liderança no avanço da gestão florestal sustentável e na contribuição do setor florestal para o desenvolvimento social e econômico global. O Brasil sediou em 2008 o encontro do grupo.

Publicado: terça-feira, 22 de outubro de 2013, 12h12.

Prazo para concorrer à concessão na Flona do Crepori termina nas próximas semanas

Edital lançado pelo Serviço Florestal adotou modelagem econômica que amplia atratividade para empresas do setor florestal



Foto: Serviço Florestal Brasileiro.

O prazo para concorrer ao edital de concessão florestal para a Floresta Nacional (Flona) do Crepori, no Pará, está próximo de terminar. As empresas interessadas em participar deste processo têm até o dia 26 de novembro para encaminhar suas propostas.

A concessão na Flona do Crepori, que fica no oeste do Pará, destina mais de 440 mil hectares para o manejo florestal. A área é composta por quatro unidades de manejo, sendo a menor com 29 mil hectares e a maior com 219 mil hectares, dimensionadas com o objetivo de atender empreendedores de diferentes portes.

Com esta iniciativa, empresas têm a oportunidade de ter acesso a florestas para produzir madeira e produtos não madeireiros de forma legal e sustentável por meio do manejo florestal, e podem realizar investimentos de longo prazo pois os contratos de concessão duram até 40 anos.

Seleção

Para se tornar concessionária florestal, a empresa participa de uma concorrência pública dividida em três fases. Na primeira, são avaliados os documentos de habilitação dos candidatos, como declarações de regularidade fiscal, trabalhista e ambiental.

As empresas habilitadas seguem para a etapa seguinte, que consiste na avaliação das propostas técnica e de preço. Os candidatos podem obter 500 pontos em cada uma delas, sendo que aquele com a maior pontuação vence a concessão para a unidade de manejo que disputou.

Na proposta técnica são avaliados os critérios de grau de processamento dos produtos florestais, adoção de inovações tecnológicas associadas ao manejo, implantação de sistema de desempenho da qualidade das operações florestais e investimentos em infraestrutura e serviços para a comunidade local.

A última fase consiste na avaliação da proposta de preço, em que o candidato diz o valor que pagará pelo metro cúbico da madeira extraída. Quanto maior o ágio sobre o preço mínimo, que é R\$ 16,38/m³, maior a pontuação.

Atratividade

Na modelagem econômica deste edital, o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) incorporou uma série de mecanismos que aproximam os contratos de concessão da dinâmica de operações de manejo florestal sustentável e do gerenciamento do negócio florestal.

A adoção do preço único por metro cúbico foi um desses mecanismos, assim como os prazos para apresentação da garantia contratual, que antes era paga em uma única parcela e agora é escalonada em três etapas, além da ampliação do mecanismo de bonificação, que gera descontos no preço a ser pago pelo metro cúbico de madeira extraída quando são alcançados indicadores de qualidade das operações.

Confira o edital e seus anexos neste [link](#).

Publicado: quinta-feira, 17 de outubro de 2013, 11h19.

Serviço Florestal ensina manejo para 100 estudantes de escola técnica em Pernambuco

Objetivo é difundir informações sobre uso sustentável da Caatinga para a obtenção de produtos madeireiros e não madeireiros



Fotos: Larissa Lins / Ascom IF Sertão-PE.

Cerca de 100 estudantes do curso técnico em agropecuária do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano (IF Sertão/PE) do Campus Ouricuri participaram de um curso sobre manejo florestal na Caatinga e puderam aprender sobre essa estratégia que gera renda e conservação do bioma. A atividade foi promovida pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB).

Os alunos tiveram seis dias de aulas, de 7 a 12/10, que incluíram uma visita de campo para que os participantes pudessem ver na prática como é uma área manejada. A capacitação teve receptividade tão positiva que, segundo o professor do IF Sertão/PE Évio Galindo, houve estudantes que saíram “já querendo aplicar essa idéia”.

Os benefícios ambientais e o lado econômico do manejo chamaram a atenção. “Foi acima do que eles esperavam. Os estudantes ficaram impressionados com o resultado. Foi muito proveitoso para professores, alunos; todo mundo que participou gostou muito”, diz Galindo. “Quando se falou em valores, custos, os meninos ficaram surpresos”, diz.

O manejo florestal consiste no uso sustentável da vegetação para obter produtos madeireiros e não madeireiros, como lenha, carvão, frutos, estacas e resinas. Essa atividade produtiva tem se mostrado uma das principais alternativas para a geração de renda na zona rural durante a seca.

Segundo a analista ambiental do SFB Eluiza da Silva, a atividade mostra a potencialidade da Caatinga. “Dá visibilidade ao bioma como um rico patrimônio natural do país, com múltiplas possibilidades de utilização que podem viabilizar a convivência harmônica do sertanejo com o semiárido, promovendo o desenvolvimento sustentável de sua comunidade”, afirma.

Seleção

Para receber a capacitação, as escolas participaram de uma chamada pública do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF/SFB) em parceria com o Fundo Clima, do Ministério do Meio Ambiente, destinada a apoiar a formação complementar em manejo florestal a estudantes de nível médio e pós-médio de cursos profissionalizantes em ciências agrárias, biológicas e ambientais.

“A oferta desses cursos atende a demanda de instituições que reconhecem a importância do manejo de uso múltiplo da Caatinga e que ainda não dispõem das condições necessárias para propiciarem sozinhas esse conhecimento a seus alunos”, afirma o coordenador do Centro Nacional de Apoio ao Manejo Florestal (Cenaflor/SFB), Maurício Marcon.

A iniciativa favorece o desenvolvimento de capacidades nas próprias escolas, fortalecendo-as no trabalho de incorporação do tema nos currículos de seus cursos técnicos e pós-técnicos. “Assim, a atividade de manejo de uso múltiplo da Caatinga gradativamente vai sendo incorporada à formação dos jovens que futuramente prestarão assistência técnica com qualidade ao homem do campo, possibilitando-lhe o uso racional de seus recursos”, afirma Eluiza.

No IF Sertão/PE, já existe a possibilidade real de o manejo florestal virar uma disciplina. “Estamos passando pelo processo de reformulação do curso. A idéia de o manejo entrar como parte da grade curricular vai ser discutida e tem grandes de entrar”, diz o professor Évio Galindo.

Visando fortalecer e ampliar o manejo na Caatinga, o SFB tem apoiado, também por meio do FNDF, a realização do manejo florestal por agricultores familiares em assentamentos no Ceará, Piauí, Pernambuco e Paraíba. Outro foco de atuação é na formação de extensionistas em manejo florestal, também por meio do FNDF.

Além do curso em Ouricuri, o SFB já realizou a mesma atividade para cerca de 150 alunos do Instituto Federal do Ceará (IFCE), em Iguatu (CE), e do Centro Territorial de Educação Profissional do Médio Sudoeste, em Itororó (BA). O próximo será para estudantes da Associação Regional da Escola Família Agrícola (AREFASE), em Monte Santo (BA). Ao todo, serão capacitados cerca de 1.000 estudantes.

Publicado: quarta-feira, 16 de outubro de 2013, 11h23.

Florestas do Mato Grosso integrarão levantamento nacional

Serviço Florestal apresentará na quinta-feira, 17/10, em Cuiabá, informações sobre a iniciativa, que trará dados inéditos sobre os recursos florestais do país

O levantamento da qualidade e da quantidade de florestas do Mato Grosso por meio do Inventário Florestal Nacional (IFN) será o tema de uma apresentação que o Serviço Florestal Brasileiro realiza nesta quinta-feira, 17/10, em Cuiabá (MT).

Segundo o gerente-executivo de Informações Florestais do SFB, Daniel Piotto, a palestra trará ao público um panorama do IFN, que já vem sendo realizado em diversos estados, e abordará o que está planejado para o Mato Grosso.

Voltado à geração de informações sobre as florestas brasileiras, o IFN trará pela primeira vez dados sistematizados de todo o país sobre a extensão dos recursos florestais, a diversidade de espécies, o estado fitossanitário das florestas e a quantidade de biomassa, por exemplo.

Os dados serão obtidos por meio da coleta diretamente em campo, em pontos pré-definidos, chamados de pontos amostrais, distantes 20 quilômetros uns dos outros. No Mato Grosso, haverá coleta em mais de 1.200 desses pontos.

O SFB contará com recursos do Fundo Amazônia para realizar o Inventário na porção noroeste do estado, onde predomina o bioma amazônico. A região integra o arco do desmatamento, que terá prioridade no que diz respeito à realização do IFN na Amazônia Legal.

Já para as áreas com Cerrado, serão utilizados recursos do Programa de Investimento Florestal (FIP, na sigla em inglês), que apoia atividades sustentáveis em países em desenvolvimento.

O IFN já foi concluído em Santa Catarina e está na fase de análise de dados no Distrito Federal. Rio Grande do Sul, Paraná, Rio de Janeiro, Bahia, Sergipe, Ceará e Rio Grande do Norte estão em diferentes fases de execução e planejamento dessa iniciativa.

SERVIÇO

Apresentação sobre o Inventário Florestal Nacional

Local: Auditório da Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso (Fiemt) – Av. Historiador Rubens de Mendonça, 4.193 - Bosque da Saúde, Cuiabá (MT)

Hora: 08h às 12h

Data: 17/10, quinta-feira

Publicado: terça-feira, 15 de outubro de 2013, 11h25.

Assentados do Piauí formam primeira brigada contra incêndios florestais com apoio do SFB

Manejo florestal na propriedade incentivou agricultores a se interessarem por combate a incêndios a fim de manter a vegetação, principal fonte de renda na época da seca



Foto: Fadurpe.

A importância de proteger a Caatinga para realizar o manejo florestal fez com que agricultores familiares do Piauí formassem a primeira brigada voluntária de assentados contra incêndios florestais. A iniciativa foi do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), com apoio do Ibama por meio do Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo).

O grupo é formado por 18 agricultores de assentamentos que recebem apoio do SFB para fazer manejo por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF/SFB). Eles participaram de um curso com duração de cinco dias, de 23 a 27/09, que tratou sobre comportamento do fogo, ações de prevenção e combate, tipos principais de equipamentos e como utilizá-los. Ao final, os assentados fizeram a mesma prova aplicada a brigadistas e foram aprovados.

O conhecimento os auxiliará a combater focos de incêndio e a evitar que o fogo chegue até as áreas de manejo, de onde se extraem, de forma sustentável, produtos como lenha e frutos. “Para a gente, o curso foi de suma importância, já sabemos como combater o fogo, como prevenir. Foi muito importante”, afirma o agricultor familiar Eduardo Sousa, do assentamento Serra do Batista I, no município Lagoa do Sítio.

Manejo e renda

Os focos de incêndio são comuns durante a época da seca, principalmente nos meses de agosto a novembro. Mais de 70% dos 14 mil focos do ano passado no Piauí foram registrados nesse período, segundo o Instituto Nacional de Pesquisas

Espaciais (Inpe). Este ano, embora a quantidade de focos tenha caído bastante, concentra-se nos mesmos meses.

É justamente no período da seca que o manejo se torna a principal atividade dos agricultores. “O manejo é uma fonte financeira muito grande, pois nesse período sem chuva, é praticamente a fonte de renda”, afirma Eduardo Sousa. “Se o fogo consegue entrar no manejo, o prejuízo é enorme. Sabendo como se combate, a chance de entrar é quase zero”.

A ideia do treinamento surgiu após visita técnica da equipe do SFB no início desse ano aos assentamentos apoiados com manejo florestal. “Nessa oportunidade, os assentados nos informaram que muitos produtores haviam deixado o assentamento rumo a São Paulo e outros estados devido à seca severa. Ficaram aqueles envolvidos com o manejo florestal. O risco do fogo queimar sua única fonte de renda precisava ser minimizado”, comenta a diretora de Fomento e Inclusão do SFB, Claudia Azevedo-Ramos.

Segundo a gerente de Florestas Comunitárias do SFB, Elisângela Januário, o interesse dos agricultores mostra que o manejo é um incentivo para manter a cobertura florestal. “O fato da floresta ter um valor econômico para os moradores da área faz com que esses tenham um estímulo extra para usar técnicas de controle de incêndio e para ajudar no combate a esse quando surgem focos locais”, diz.

Antes, combate sem técnica

No ano passado, ainda sem conhecimento sobre as técnicas corretas, os agricultores levaram “mais de mês” para apagar um incêndio de grandes proporções na região. Durante o curso, houve uma ocorrência de fogo nas imediações e os agricultores viram, na prática, como atuar. “Nos preparamos, pegamos as ferramentas adequadas. A forma de agir foi totalmente diferente do que a gente sabia”, diz Sousa.

O gerente estadual do Prevfogo no Piauí, Samuel Maia, pôde perceber os resultados. “Eles gostaram muito da organização, de como combater, de como se organizar para saber quem vai fazer o que, a eficiência, a logística”, diz.

Além de terem conhecimentos, os assentados contarão com os equipamentos necessários. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) havia fornecido materiais como bomba costal, bota, abafador, pinga-fogo (aparelho para queima controlada), facão, machado, foice, blusa e calça. Às técnicas e aos equipamentos se soma outra característica. “Eles têm o espírito de voluntariado para cooperar contra os incêndios lá e próximos”, afirma o engenheiro florestal responsável pelos planos de manejo dos assentamentos, Cristiano Cardoso, da Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional (Fadurpe), contratada pelo FNDF.

Prevenção

Com origens que vão de fenômenos da natureza (raios) a atividades humanas, os incêndios geram muitos prejuízos. Além de o solo perder seus nutrientes e produzir menos do que poderia, prejudicam o bioma, a vegetação e os animais, principalmente os de locomoção mais lenta, que morrem ao não conseguir fugir. “Que as pessoas procurem os órgãos competentes para buscar alternativas ao uso do fogo”, diz Samuel Maia.

Os assentados que formam a primeira brigada voluntária contra incêndio dão o exemplo de como proteger a Caatinga.

Publicado: sexta-feira, 11 de outubro de 2013, 11h00.

Serviço Florestal treina equipe que fará inventário das florestas do Ceará

Grupo percorrerá os 150 mil km² do estado para levantar informações sobre a quantidade e qualidade dos recursos florestais do estado



Foto: Semace.

O Serviço Florestal Brasileiro (SFB) realizou em Caucaia (CE) o treinamento das equipes que farão o levantamento da qualidade e quantidade das florestas do Ceará como parte do Inventário Florestal Nacional (IFN).

Os técnicos foram preparados para realizar o trabalho de campo, que consistirá na medição de um conjunto de dados sobre as árvores em 377 pontos do estado, de forma a abranger os 150 mil quilômetros quadrados dessa unidade da federação.

As informações obtidas com o Inventário darão um panorama das florestas: a extensão real delas, se há espécies em extinção ou em abundância, se as florestas são jovens (cresceram após cortes recentes) ou antigas (intocadas), se as plantas estão atacadas por pragas e qual a quantidade de biomassa (matéria orgânica) na vegetação.

Treinamento

A capacitação foi realizada para 20 profissionais, entre técnicos da empresa contratada para realizar o IFN no Ceará, alunos de pós-graduação da Universidade Federal do Ceará (UFC), técnicos da Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Ceará (Semace) e professores da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Além de assistir a explanações em sala de aula, o grupo realizou práticas de campo em uma fazenda com vegetação preservada de Caatinga e também em uma unidade de conservação estadual, a Área de Relevante Interesse Ecológico Sítio do Curió. O curso foi realizado dos dias 08 a 15/10, com atividades no Sesc Caucaia.

O Ceará situa-se predominantemente no bioma Caatinga, o único exclusivamente brasileiro, e também conta com vegetação de Mata Atlântica, conforme o mapa de aplicação da Lei da Mata Atlântica elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A Mata Atlântica é considerada um dos 34 *hotspot* mundiais (áreas mais importantes para se preservar a biodiversidade no planeta).

Publicado: segunda-feira, 07 de outubro de 2013, 11h02.

Por que a madeira empena?



Foto: Serviço Florestal Brasileiro.

Quem já passou pela desagradável experiência de ter o piso da sala empenado ou ver os tacos de madeira se soltarem, perdendo o rejunte, sabe o incômodo que essas situações podem causar. Casos semelhantes acontecem quando a porta arrasta constantemente, arranhando o chão, a janela não fecha ou a gaveta fica bamba demais.

A explicação para esses fenômenos está em uma característica inerente da madeira que faz com que ela aumente ou diminua de tamanho de acordo com a umidade relativa do ar. A madeira absorve ou libera água para entrar em equilíbrio

com o ambiente externo, o que leva a alterações em seu tamanho e formato. Essa característica recebe o nome de higroscopia e também está presente no cabelo humano.

“Neste ponto a madeira é igual ao cabelo. O cabelo também é higroscópico, ele entra em equilíbrio com a umidade do ar. Quando o ar está muito úmido ele absorve água, quando está seco ele perde. A madeira também faz isso. As mulheres que fazem chapinha e torcem para que não chova entendem disso muito bem”, brinca o pesquisador do Laboratório de Produtos Florestais (LPF) do Serviço Florestal Brasileiro, Varlone Martins.

Varlone, assim como a pesquisadora Márcia Helena Marques, trabalham na área de Secagem do Laboratório. A área estuda métodos e técnicas para secar madeira de acordo com a espécie da árvore, o uso final e o local onde ela vai ser utilizada.

Os pesquisadores explicam que o teor de umidade de equilíbrio ideal para uma madeira em Belém, por exemplo, é em média 18%, o que significa que o peso de água acumulada deve corresponder a 18% do peso da madeira totalmente seca. Já em Brasília, onde a umidade relativa do ar é menor, esse teor gira em torno de 13%, podendo chegar a 9%, em meses mais secos, como agosto.

“Devido à grande variação de umidade, problemas com empenamentos ou rachaduras de madeira podem ser ainda mais comuns em cidades como Brasília. E por isso é imprescindível fazer a secagem correta, de maneira a estabilizar o máximo possível as dimensões da madeira antes de utilizá-la. Se você fizer um móvel com uma madeira úmida, essa madeira vai continuar secando ao longo do tempo e o móvel poderá rachar ou empenar”, explica Márcia Helena.

Ela cita que a secagem pode ser feita de forma natural, ao ar livre, ou artificial, em diferentes tipos de estufas onde são controladas a velocidade do vento, a temperatura e a umidade do ar. Características como a densidade e a presença de determinados extractos determinam a maneira como a madeira reage à secagem, o que também acaba influenciando em seu valor comercial.

Essa é justamente uma das explicações para o alto valor comercial do mogno. Além de outras características bem aceitas pelo mercado, como a coloração castanho-avermelhada e o fácil manuseio, o mogno possui outra valiosa propriedade: a baixa contração ao secar, que faz com que ao absorver ou perder umidade, a madeira praticamente não se deforme.

“Essas características desejáveis levam a uma seleção na exploração. O madeireiro sempre vai em busca das espécies que são mais fáceis de ser trabalhadas e assim essas espécies acabam sobre-exploradas. Se você quiser atender todo o mercado só com uma espécie, obviamente, essa espécie não vai aguentar”, explica Varlone.

Árvores como o pau-santo, a cupiúba e o louro vermelho, por exemplo, possuem uma secagem mais problemática necessitando de procedimentos específicos para produzir bons resultados. “Um dos trabalhos do LPF é justamente definir procedimentos de secagem adequados para possibilitar o uso de uma gama maior de espécies e assim contribuir para aliviar a pressão sobre aquelas que já são muito exploradas”, concluiu o pesquisador.

LPF 40 Anos

O Laboratório de Produtos Florestais (LPF) completa 40 anos. Acompanhe a programação e outras notícias pelo [Facebook](#) e [Twitter](#).

Publicado: sexta-feira, 04 de outubro de 2013, 11h09.

Livro mostra marchetaria com madeiras da Amazônia pouco conhecidas

Publicação será lançada como parte das comemorações dos 40 anos do Laboratório de Produtos Florestais



As pinturas corporais indígenas são alguns dos temas que inspiraram estudantes e professores da Universidade de Brasília (UnB) a criar padronagens que embelezam todo tipo de móveis. Nesta quinta-feira, 03/10, esse trabalho poderá ser melhor conhecido com o lançamento do livro MuiraDesign.

O evento ocorrerá dentro da programação comemorativa aos 40 anos do Laboratório de Produtos Florestais (LPF) do Serviço Florestal Brasileiro (SFB). O projeto MuiraDesign vem de uma iniciativa da UnB de trabalhar com madeiras pouco conhecidas, surgida a partir de uma ação do LPF para promover essas espécies em todo o país.

A publicação conta a história do projeto MuiraDesign e mostra as padronagens desenvolvidas para móveis com a técnica da marchetaria (arte de ornamentar as superfícies de móveis pela aplicação de colagens de materiais, como a própria

madeira). Foram criadas nove padronagens inspiradas no Brasil Central e na fauna e flora do país.

Até quinta-feira, móveis feitos no âmbito do projeto poderão ser vistos na exposição comemorativa do LPF, que também traz peças de artesãos da cidade, além de mobiliário do Prêmio Nacional Madeiras da Amazônia, Móveis e Design e do projeto Madeiras em Design, ambos realizado pelo LPF. A exposição é aberta ao público, com horário de funcionamento das 9h às 17h.

Lançamento do livro MuiraDesing

Local: hall do Laboratório de Produtos Florestais – SCEN Av. L4 Norte, Trecho 2, Brasília (DF)

Horário: 11h

Data: 03/10, quinta-feira

Publicado: quinta-feira, 03 de outubro de 2013, 14h08.

Audiência traz informações sobre Inventário Florestal Nacional na Bahia

Os interessados em concorrer ao edital que contratará empresa ou instituição para realizar a coleta de dados em campo do Inventário Florestal Nacional (IFN) em parte do estado da Bahia poderão ter mais informações em uma audiência que será realizada no dia 11/10 em Salvador (BA). O objetivo é esclarecer dúvidas tanto da parte técnica e metodológica do trabalho de campo quanto da parte administrativa do contrato.

A audiência é promovida pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), que operacionaliza os recursos do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF, na sigla em inglês) obtidos pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB) para a realização do IFN no estado.

Aqueles que não puderem ir poderão acompanhar a audiência ao vivo por meio da ferramenta online Webex.

Quem quiser participar da audiência presencial ou virtualmente precisa manifestar interesse até as 18h do dia 4/10, com o envio de uma mensagem para o e-mail faobr-licitacao@fao.org (necessariamente copiada para o e-mail fao-br@fao.org), com o assunto: Licitação 014/2013 Audiência Prévia (Projeto GCP/BRA/079/GFF). Também é possível realizar o procedimento por fax, no número (61) 3343-2543.

A audiência será realizada das 15h às 18h no Auditório da Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos da Bahia (CERB), no Centro

Administrativo da Bahia (CAB), 3^a Avenida, nº 300 - Plataforma IV, Ala Norte, Salvador (BA).

Publicado: quinta-feira, 03 de outubro de 2013, 14h06.

Eventos marcam comemoração dos 40 anos do Laboratório de Produtos Florestais

Segundo a ministra Izabella Teixeira, o LPF gera "ciência aplicada ao dia a dia". Laboratório contribuiu para ampliar conhecimento sobre madeiras brasileiras



Foto: Paulo de Araújo/MMA.

Uma cerimônia e a abertura de uma exposição marcaram o início da semana comemorativa às quatro décadas do Laboratório de Produtos Florestais (LPF) do Serviço Florestal Brasileiro (SFB). Os eventos, realizados nessa segunda-feira, 30/09, contaram com a presença da ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira.

O laboratório viabiliza soluções tecnológicas para a utilização de produtos florestais, especialmente madeiras, de modo sustentável, e conta com sete áreas de pesquisa, que vão desde anatomia da madeira a energia da biomassa. “Quero conversar com os funcionários, para que tenhamos estratégias de médio e longo prazos”, disse. “O laboratório é um órgão de excelência e deve ter um formato institucional que facilite o acesso ao conhecimento que produz”. A ministra quer que a proposta seja apresentada para ser discutida até dezembro. “Sustentabilidade não se faz sem inovação”, acrescentou. Ela enfatizou que a pesquisa é fundamental para o manejo de florestas e inclusive para a geração de renda de comunidades.

O chefe do LPF, Paulo José Prudente de Fontes, comentou que a sua preocupação principal é a reposição dos recursos humanos, pois a maior parte dos funcionários do LPF estará aposentada nos próximos anos. Outro anseio é o reconhecimento do laboratório como instituição de pesquisa pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). “Isso passa pelo fortalecimento do Serviço Florestal Brasileiro,

que também deve ser ajustado, para que legalmente tenha a missão de pesquisa”, explicou Fontes, depois da cerimônia.

Novas espécies

Durante as comemorações, foi lançado o livro “Madeiras Tropicais Brasileiras – volume II”, entregue à ministra pelos autores, Maria Helena de Souza e José Arlete Camargos, com informações de 50 espécies de madeiras da Amazônia. A publicação tem entre seus objetivos estimular o uso de madeiras pouco conhecidas para evitar a pressão sobre aquelas já muito utilizadas.

A promoção de diferentes madeiras para o mercado é uma das vertentes de atuação do LPF, que ao longo de quatro décadas estudou cerca de 300 espécies da região amazônica, formou uma coleção científica com cerca de 5 mil amostras de madeiras, capacitou 1.071 técnicos, realizou quase 900 laudos de identificação de madeira para outros órgãos e publicou mais de 430 trabalhos.

A contribuição do LPF para a sociedade foi destacada pelo diretor-geral substituto do SFB, Marcus Vinicius Alves. “O conhecimento acumulado pelo LPF não só contribuiu para o avanço científico no campo florestal, como também será determinante para a busca de alternativas inovadoras, ousadas e corajosas que procurem assegurar o futuro da pesquisa em produtos florestais no país”

O presidente do Ibama, Volney Zanardi, afirmou que 40 anos de institucionalidade “não são pouca coisa, ainda mais na área ambiental”, e ressaltou a importância da integração das ações com o SFB, em especial por meio do LPF. “O LPF tem sido um parceiro na questão de desenvolvimento tecnológico; temos aí toda a parte de identificação de madeiras que tem auxiliado muito o trabalho desenvolvido pela nossa fiscalização”, afirmou.

Exposição

Izabella Teixeira também visitou a exposição do acervo de 5 mil amostras de madeiras de 2,5 mil espécies do LPF que servem para catalogar a diversidade do produto florestal no Brasil e são fonte de estudos. A coleção é uma das maiores do país e tem vários usos, entre eles um programa interativo usado por policiais e agentes ambientais de todo o país para combate à extração ilegal de madeiras.

Também estiveram em exposição objetos feitos em madeira, como cadeiras, abajures, mesas e bancos. E ainda exemplos de reaproveitamento de resíduos, como painéis, chapas, vigas e uma chapa embrorrachada feita de balões de festa infantil com serragem, que pode ser usado como tapetes de carro ou forro de caminhão, e que foi criado em estudos do laboratório.

A ministra destacou o fato de o conhecimento gerado pelo LPF ser “ciência aplicada ao dia a dia” e disse que o LPF pode ser considerado de “excelência global”. A

ministra, cuja vida profissional tem origem na pesquisa, parabenizou o Laboratório. “É uma instituição que eu sinto orgulhosa dos 40 anos, esperando agora que a gente possa modernizá-la e desejar pelo menos mais 40 anos de bom trabalho para o Brasil e o mundo”

O evento teve ainda entrega de placas comemorativas aos ex-chefes do LPF e a amigos do Laboratório.

Publicado: terça-feira, 01 de outubro de 2013, 14h10.